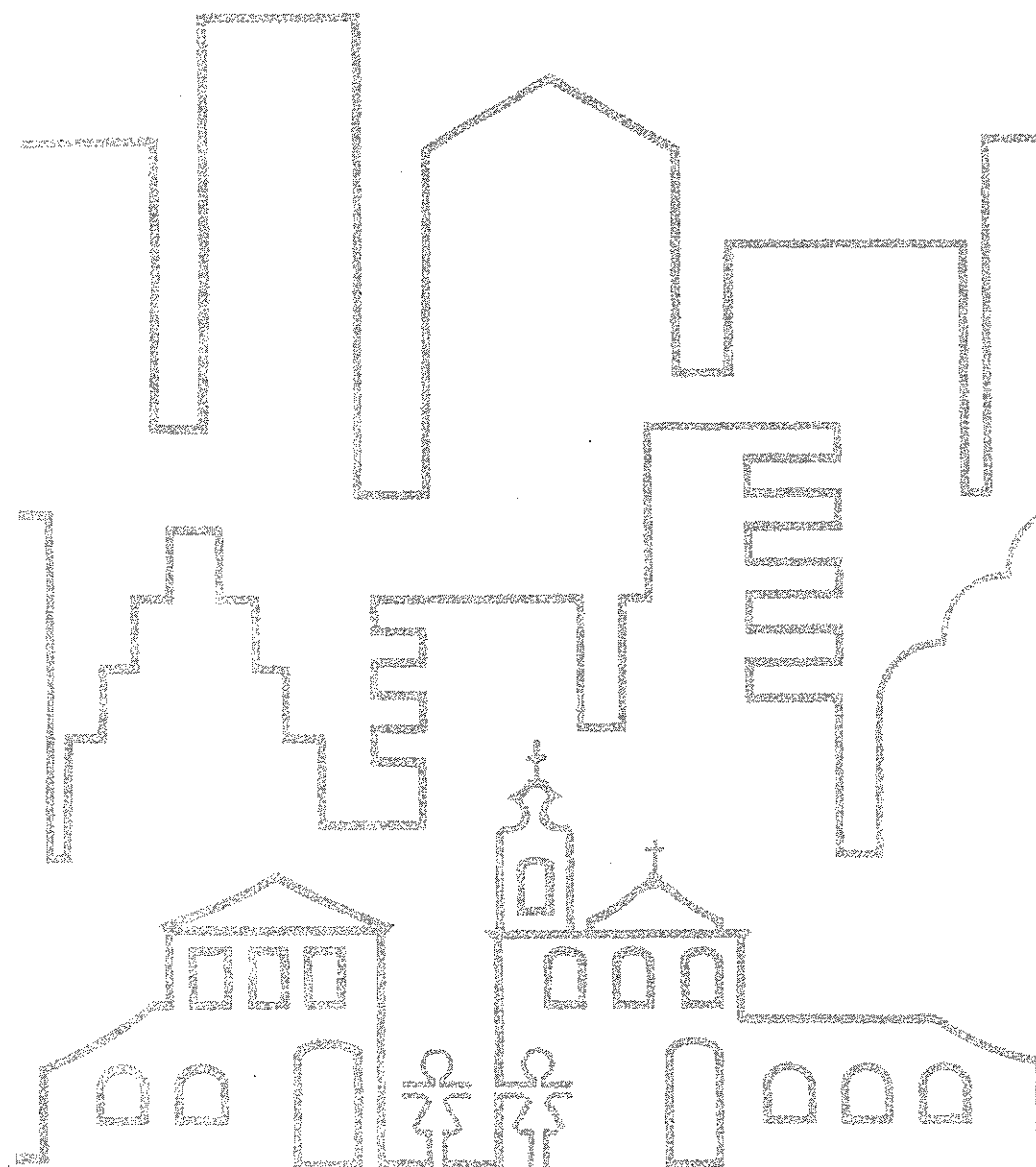


Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional - IPPUR



INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
IPPUR/UFRJ

Relatório de Pesquisa para
Bolsa de Pesquisa, nível Ib, do CNPq,
Processo Nº 302173/85-4,
Período 02/85 a 01/88

R A I N E R R A N D O L P H

FORMAS DE ESPACIALIDADE DA MODERNIZAÇÃO:
REGIONALIZAÇÃO E REGIONALISMO

Rio de Janeiro, em dezembro de 1989

A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho é produto de um esforço de sistematização metodológica e de uma reflexão, "a posteriori", sobre nossas próprias pesquisas desenvolvidas no período entre 1980 e 1986.

Constitua o Relatório de Pesquisa para um projeto financiado pelo CNPq¹, através de bolsa de pesquisa. Ao longo do processo de investigação foram aprofundadas as principais questões levantadas na formulação inicial do estudo, reformuladas e superadas para poder, futuramente, trilhar caminhos mais amplos.

O próximo projeto sob o título "Modernidade e Regionalismo no Sudeste Brasileiro. A Busca de Inovações Sociais" pretende, neste sentido, levar adiante o processo de reflexão, apontado no presente trabalho, e contribuir para o maior esclarecimento de assuntos e questões relacionados às formas espaciais que a modernização assume no Brasil.

Rio de Janeiro, em dezembro de 1989



Prof. Rainer Randolph IPPUR/UFRJ

¹ com o título inicial de "Circuito Produtivos Regionais e Intervenção Pública: A Reformulação do Planejamento Regional para o Caso do Norte Fluminense"; processo n. 302173/85-4

INDICE

página

1. Problematização: Industrialização do Sudeste e Modernização no Brasil	1
1.1 Antecedentes: Da Rede Urbana aos Circuitos Produtivos Regionais	2
1.2 Mudando o Enfoque: Espacialidade Social e Modernização	6
2. A Modernização Brasileira em Questão	14
3. Modernização em Sociedades Capitalistas	16
3.1 As Principais Abordagens	17
3.2 Modernização Instrumental versus Modernização Comunicativa ?	21
3.3 A Modernidade em Crise e seu Resgate	29
4. Primeiros Resultados: Elementos Metodológicos para Investigações da Espacialidade Social	35
4.1 Os Polos da Investigação Espacial: Fragmentação Sócio-Econômica ...	37
4.2 ... versus Totalidade Social	43
4.3 Forma, Organização e Configuração Espaciais	51
5. Regionalização e Regionalismo como Formas de Organização Territorial da Modernização	58
5.1 A Lógica da Modernização e a Diferenciação das Espacialidades Sociais	59
5.2 Metrópole e Interior: Aparências de Lógicas Diferentes da Modernização ?	64
5.3 Estratégias Espaciais do Capital: A Configuração Territorial da Industrialização no Sudeste Brasileiro - Uma Referência Empírica	69

5.4 Estratégias Espaciais do Estado: Novas Regionalizações Político-Administrativas no Brasil

80

5.5 Regionalismo como Modernização Comunicativa ?
Um Excursão a Respeito da Experiência Europeia

85

6. Conclusões e Perspectivas

90

BIBLIOGRAFIA

96

RAINER RANDOLPH

IPPUR/UFRJ

FORMAS DE ESPACIALIDADE DA MODERNIZAÇÃO: REGIONALIZAÇÃO E
REGIONALISMO

DEZ. '89

I PROBLEMATIZAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO DO SUDESTE E MODERNIZAÇÃO
NO BRASIL

Mesmo após o término da fase da substituição de importações, a industrialização constitui um dos assuntos que permanece quase ininterruptamente na pauta das discussões sobre a política econômica nas últimas duas décadas. Além de seus aspectos estritamente setoriais e macroeconômicos (desempenho global nacional), cresceu a partir de supostos efeitos disfuncionais do padrão concentrado da industrialização brasileira (sob o título de deseconomias de aglomeração) a preocupação com uma redefinição espacial da localização dos grandes investimentos industriais; é o que se costumava chamar, desde o II PND, a política de desconcentração e descentralização do parque industrial, que não apenas visava, em tese, uma distribuição espacial mais eficiente da produção industrial, em termos econômicos, mas que pretendia levar os benefícios da moderna indústria aos lugares que ainda permaneciam à margem do "progresso".

A crise econômica no Brasil dos anos 80 reviveu esta problemática sob o título da "interiorização" do desenvolvimento, uma vez que os efeitos desta crise se caracterizam por uma dife-

renciação territorial (e, ao mesmo tempo, setorial) nitida, dando origem a novos estudos sobre o assunto¹.

1.1 ANTECEDENTES: DA REDE URBANA AOS CIRCUITOS PRODUTIVOS REGIONAIS

Nossas pesquisas acerca da industrialização no Sudeste brasileiro iniciaram-se, no início da década de 80, com a investigação das transformações recentes do sistema urbano brasileiro e, particularmente, das relações entre as cidades não-metropolitanas no Sudeste. Adotamos duas abordagens complementares que pretendiam dar conta das características do processo de redefinição dos "lugares" destas cidades nos cenários nacional e regional, supostamente em curso desde a década de 70 - referimo-nos já a descentralização e desconcentração industrial preconizadas a partir do II PND;

- investigávamos, por um lado, a atuação do poder público na redefinição da rede urbana brasileira, no sentido de propiciar um maior grau de racionalidade à economia nacional e regional, através das políticas urbanas e regionais, focalizando nossa atenção especificamente em determinados órgãos públicos de maior importância neste processo (BNDE, BNH, CDI e CNDU)²;

¹ como exemplo talvez proeminente vide uma investigação realizada na Universidade Estadual de Campinas UNICAMP sob coordenação de Wilson Cano e publicada pela Fundação SEADE (SP) na Coleção Economia Paulista (volume 1, n. 1, 2 e 3), CANO 1988.

² vide PIQUET/RANDOLPH 1982

- pretendíamos, por outro, esclarecer o papel do grande capital industrial metropolitano (nacional ou internacional) na modernização econômica local e na reestruturação do mercado de trabalho em determinadas cidades médias no interior dos quatro estados da região Sudeste. Mostrou-se necessário, porém, no decorrer desta última pesquisa elaborar, antes de mais nada, um panorama mais genérico de uma "regionalização" das transformações ocupacionais no universo de 114 cidades não-metropolitanas no Sudeste entre 1970 e 1980³. Num primeiro momento, conforme mostra o resultado desta investigação, avançamos em termos de um maior esclarecimento metodológico a respeito desta problemática⁴.

Ainda dentro das mesmas preocupações com as transformações sócio-espaciais do desenvolvimento industrial pretendíamos, em projeto posterior intitulado "Circuitos Produtivos Regionais e Intervenção Pública: A Reformulação do Planejamento Regional para o Caso do Norte Fluminense"⁵, reconstruir as bases conceituais e analíticas do planejamento regional a partir de uma experiência concreta, isto é, das intervenções públicas da década de 70 na acima referida região de estado de Rio de Janeiro.

Este objetivo geral deveria ter sido desdobrado na identificação das matrizes teóricas que sustentaram o discurso do planejamento (análise "ideo"-lógica), na elaboração de um método de análise regional, fundamentado no modelo dos "circuitos

3 vide RANDOLPH 1985 e 1986

4 vide *idem*

5 Projeto apoiado pelo CNPq mediante uma bolsa de pesquisa; período 1986 a 1988; o presente relatório constitui o resultado do trabalho desenvolvido no âmbito desta bolsa.

produtivos regionais"⁶ e, finalmente, numa tentativa de apontar uma possibilidade de reformulação do planejamento regional a partir dos primeiros dois passos.

Realizar um diagnóstico de uma determinada região, nesta última pesquisa, foi para nós em primeiro lugar um desafio metodológico, isto é, o do emprego do acima mencionado conceito dos "circuitos produtivos regionais"; neste sentido, após um balanço inicial dos métodos tradicionais, que levam à fragmentação dos processos sociais, assimilamos a posição dos autores desta nova abordagem de que "regiões e cidades sejam tomadas como, ao mesmo tempo sujeito e objeto de ação social, dentro de uma totalidade geradora de processos de várias ordens"⁷.

Nas palavras de SANTOS, estes autores partem na sua compreensão destes processos dos seguintes pressupostos:

1. "a construção do espaço é, em aparência, um fato técnico, mas, na essência um fato social;
2. o elemento estrutural de base das sociedades históricas são as relações de dominação e de subordinação que se estabelecerem entre os homens durante o processo de trabalho;
3. o elemento dinamizador da totalidade social é constituído pelos conflitos resultantes da necessidade objetiva dos grupos dominantes de manter e fortalecer sua posição de classe através dos processos de acumulação, da qual o espaço é seu instrumento material;
4. o sistema político-ideológico, tendo por base o sistema económico, dá coesão ao funcionamento do todo social"⁸.

6 vide BARRIOS, ROFMAN e outros em MORVEN 1978

7 seguimos aqui a leitura de Milton SANTOS do referido método; vide SANTOS 1980, p.4

8 idem, idem

Partindo daí, "os circuitos de produção e acumulação se estruturam a partir da atividade produtora definida como primária ou inicial. Tais circuitos constituem uma série de fases ou degraus, correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final"⁹. Esta idéia dos circuitos poderia, então, ser desdobrada a partir da consideração de três parâmetros ou categorias de análise: "a) circuitos de ramos de produção; b) circuitos de firmas; c) circuitos territoriais"¹⁰. Explicita o autor estas três categorias da seguinte maneira:

"Os circuitos de ramos nos dão, através das relações técnicas que os presidem e das relações sociais correspondentes, a localização das atividades e aspectos relevantes da tipicidade dos lugares. Os circuitos de firmas nos permitem reconhecer relações econômicas a vários níveis e diferentes escalas, assim como as relações sociais que provocam ou controlam, relações sociais diretas e indiretas.

Quanto aos circuitos espaciais, eles nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição da respectiva fração de espaço, num dado momento, em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Ai se conjugam as relações de produção social, que os circuitos de ramos tipificam, relações sociais de produção, dadas pelas firmas, mas também as reliquias, na paisagem e na sociedade, de relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenecidas pelas relações atuais."¹¹

Para "regionalizar" os circuitos produtivos - chegar a circuitos produtivos "regionais" - seria necessário analisá-los em

9 BARRIOS, citado por SANTOS 1980, p. 6

10 idem, p. 11

11 idem, p. 12

diferentes escalas espaciais. Conforme SANTOS¹², pode-se considerar que a cadeia implícita num circuito não necessariamente abarca, de forma direta, relações territoriais de ordem nacional, se levarmos em conta apenas o processo direto de certas produções. "Nesse caso, as relações envolvidas limitam-se a uma fração do território". Ou seja, existem escalas geográficas de ação dos diferentes circuitos que podem, sob determinadas condições, estar organizando um nível regional sem que, com isto, a "região" esteja caracterizada como uma realidade independente de influências externas.

1.2 MUDANDO O ENFOQUE: ESPACIALIDADE SOCIAL E MODERNIZAÇÃO

Como demonstram as últimas observações, a possibilidade de atribuir uma certa especificidade a uma fração do território nacional ("região") pressupõe uma determinada articulação de processos econômicos, sociais, políticos etc. nesta base territorial. Ou seja, trazem à tona a velha questão da relação entre sociedade e espaço ou espaço e sociedade.

Sem apreciar a visão implícita na concepção dos "circuitos produtivos" a respeito desta relação, procuramos aqui uma posição diferente. Recorremos, para isto, no primeiro momento à compreensão do espaço por CORAGGIO¹³ que o denomina "uma determinação constitutiva (e inseparável) das coisas e dos processos físicos mesmos, ou quando dissemos que estes são 'espaciais'".

¹² *idem*, pp. 13 s.

¹³ vide CORAGGIO 1988

"O espaço é, pois, a condição categorial do extenso, mas não é o extenso em si mesmo.

O espaço não existe por si mesmo. Como ocorre com o tempo, seu momento categorial fundamental é a dimensionalidade. Mas é impossível que as dimensões existam mais "além daquilo do qual são dimensões" ¹⁴.

Assim, não é o espaço que é uma "propriedade" dos corpos; mas sim sua espacialidade.

"A espacialidade é o momento categorial fundamental de todo o corpório real: é o que abarca os momentos todos, da extensão, da forma, da posição, da distância, da direção e da diversidade da direção. Por isso abarca também o movimento e a conexão espaciais" ¹⁵.

Atribuindo à geometria a função de incorporar a dimensionalidade à ordem do pensamento e a partir da constatação de que existem diversas geográfias com algum grau de aplicação, chegamos à conclusão de que a espacialidade mesma varia em relação a diferentes fenômenos. "Esta variação da espacialidade (não do espaço real em si mesmo) entre fenômenos de diversa ordem, deve ser analisado para chegar à diferença específica da espacialidade dos processos sociais" ¹⁶. A seguir, CORAGGIO refere-se a diversas formações reais concretas e se pergunta como diferenciar suas espacialidades (configurações espaciais, posições relativas, seus movimentos, a genesis das configurações, razões de sua estabilidade e possibilidade de variação e transformação).

Não é a especulação a partir dos momentos mais abstratos da espacialidade, que vai nos levar a uma resposta a estas questões.

¹⁴ idem, p. 22

¹⁵ CORAGGIO, idem, idem, cita aqui Nicolai HARTMANN

¹⁶ idem, p. 23

Ao contrário, é a partir dos princípios (leis) de organização e reprodução de sistemas - como o planetário, o orgânico (o homem, por exemplo) ou o de produção social de valores de uso - que se deve construir a espacialidade¹⁷:

"A LÓGICA DA ESPACIALIDADE DE PROCESSOS ESPECÍFICOS SÓ PODE SE DECIFRAR A PARTIR DAS LEIS QUE REGULAM OS RESPECTIVOS PROCESSOS".

E, como os objetos diversos na natureza não estão desgarrados um dos outros, podemos pressupor que exista uma possível articulação entre diversas espacialidades na medida em que uma formação real complexa está submetida a determinismos de diversas ordens do real.

Em seguida, CORAGGIO¹⁸ trava uma discussão acerca das espacialidades da ordem natural e a da ordem social.

A espacialidade da ordem natural, como espacialidade física, a respeito dos objetos físicos, resulta de uma articulação de relações físicas cuja lógica interna é, conseqüentemente, uma lógica física (relações de gravitação, extensão etc.) e, como espacialidade orgânica, a respeito de objetos orgânicos ou de natureza biológica, não está exclusivamente determinada por leis físicas, mas requer a introdução de novas categorias como a evolução, autorregulação, função, reprodução, homeostasis etc.; "a espacialidade orgânica só pode se decifrar a partir das leis

¹⁷ *idem*, *idem*, o destaque é nosso

¹⁸ vide *idem*, p. 24 ss.

biológicas que operam, obviamente, sobre a substrato físico, porque a vida não existe sem condições físicas"¹⁹.

Ora, estas observações servem apenas para preparar o assunto que é do principal interesse: a espacialidade da ordem social.

Antes de tudo podemos constatar que as categorias físicas e biológicas não esgotam as condições de existência dos fenômenos sociais; mas também não devem desaparecer para deixar em seu lugar "categorias sociais". Qual, então, a especificidade destas últimas categorias? Para introduzi-las, CORAGGIO²⁰ discute algumas categorias da ordem natural como metabolismo e reprodução e demonstra que elas ganham um novo sentido (uma lógica social) na ordem social.

Percebe-se, assim, uma característica distinta das categorias sociais - seu caráter histórico e não universal. E, acrescenta ainda que

"No que diz respeito a espacialidade dos objetos e processos sociais, ela toma um aspecto distinto: o espaço como tal não é uma categoria da ordem social. (Em outros termos: no que diz respeito à análise categorial, o espaço não é constitutivo da ordem social)"²¹.

Ou seja, como diz, as leis estruturais de uma sociedade podem ser compreendidas mesmo introduzindo a abstração da espacialidade social em suas diversas formas. A espacialidade dos objetos e processos sociais é indireta, é introduzida através dos suportes físicos que a eles correspondem.

19 idem. p. 26

20 vide idem, p. 27

21 idem, idem

Mas, por outro lado, ela não se reduz à simples espacialidade física dos suportes; como explica no exemplo da diferença entre a mercadoria-coisa e a mercadoria (capitalista), a espacialidade física - como direção do movimento etc. - obedece uma lógica social e não física. CORAGGIO sintetiza sua visão no seguinte parágrafo:²²

"Nossa proposta baseia-se em não admitir que, mesmo considerando que o espaço do real é único (não há um espaço físico, outro espaço biológico, outro social, etc.), a espacialidade dos diversos fenômenos varia com a natureza diferencial dos mesmos: que, em particular, a espacialidade dos fenômenos sociais é indireta e está baseada na articulação entre natureza e sociedade, mas com as leis sociais sobre-construindo a da legalidade natural. Implica, assim mesmo, ver a espacialidade social como historicamente determinada e não como de caráter universal".

Sem entrar em uma discussão mais aprofundada destas proposições de CORAGGIO, que certamente mereceriam maior atenção e também uma apreciação crítica, é a partir delas que se justifica um importante passo da nossa pesquisa.

Refletindo sobre o caminho que nossa pesquisa percorreu nestes últimos anos, conforme relatamos brevemente no item anterior (1.1), percebemos que seu fio condutor está representado pela temática do padrão territorial do desenvolvimento industrial no Sudeste brasileiro desde 1970; adotamos dentro desta linha cortes diferenciados tanto a respeito dos agentes observados (Estado, capital industrial, trabalhadores) e dos assuntos abordados (descentralização, mercado de trabalho, rede urbana etc.) como refe-

²² *idem*, pp. 31 s.

rentes às abordagens empregados que foram evoluindo desta uma visão mais econômica e setorial até abrangente e regional.

Em outras palavras, referindo-nos à atual discussão, o nosso objetivo em todas pesquisas foi o de compreender a espacialidade de determinados processos sociais; processos sociais bastante específicas que inserimos em processos mais abrangentes para identificar as determinações dos primeiros; aí, o conceito dos circuitos produtivos teria representado um avanço em relação às abordagens fragmentadas anteriores que ainda inclui, nos seus pressupostos (vide 1.1), uma explicitação de sua compreensão do espaço e, também, uma determinada visão dos princípios sociais que organizam a sociedade capitalista - refletindo já o espírito da concepção de CORAGGIO.

Porque, então, procurar uma nova forma de investigar nossa temática?

Entendemos que a acima referida "lógica social" da procurada espacialidade se encontra em princípios de organização social mais gerais do que aqueles presentes no conceito dos circuitos produtivos. Ou seja, para "apenas" compreender a referida espacialidade do desenvolvimento industrial, procuramos os princípios que organizam a sociedade num processo social mais abrangente que transcende a simples questão da industrialização.

E a hipótese inicial deste trabalho que este processo (social) está englobado por aquele que se costuma chamar de MODERNIZAÇÃO; ou seja, as mudanças concebidas ou ocorridas do padrão es-

pacial da industrialização no Sudeste brasileiro estão inseridas e determinadas (ou regidas) por um processo maior de transformação da sociedade brasileira, que chamaremos de "modernização".

Mais ainda, é apenas neste nível dos princípios de organização social, que invocamos com este termo, que encontramos a lógica social que pode, sob certas condições, concretizar-se (articular-se com as categorias de ordem física) em uma forma específica de espacialidade social: a REGIAO.

Conforme o lema de que "a lógica da espacialidade de processos específicos só pode-se descifrar a partir das leis que regulam os respectivos processos", a descoberta destes princípios - no nosso caso: sociais - precede, é pressuposto da investigação da espacialidade destes processos. E, a discussão conceitual que travamos daqui para frente, vai seguir exatamente esta trilha: primeiro apresentaremos uma concepção a respeito da modernização como processo social; depois discutiremos como os princípios sociais deste processo determinam certas espacialidades que serão denominados de "regionalização" e "regionalismo".

Neste caminho vamos, ainda, encontrar o tema da MODERNIDADE que nos levará à introdução das principais posições e projetos políticos e ideológicos a respeito das sociedades contemporâneas que vêm sendo atualmente discutidos. Este tema vai nos possibilitar qualificar melhor o processo de modernização e revelar os dois princípios gerais que norteiam sua investigação; princípios que representarão, com uma expressão usada por CORAGGIO, nossa "vigilância epistemológica"²³.

23 idem, p. 45, aonde explicita o seguinte: "Como toda boa vigilância epistemológica, não se trata de que se constitua numa metaciência, senão de que organize os aspectos mais críticos da problemática que nos ocupa e de que realmente e retifique em base às contribuições que a investigação científica venha produzindo".

2 A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA EM QUESTÃO

Como apontamos, a investigação da "modernização" e "modernidade" no Brasil representa, em certa forma, a continuidade das pesquisas anteriores; mas, obviamente, uma continuidade revisada como acabamos de mostrar. Para situar esta abordagem, pelo menos impressionisticamente, no contexto histórico atual, julgamos pertinente recordar alguns dos argumentos que foram apontados em recentes discussões a respeito da temática da modernidade e modernização no Brasil.

Especialmente a partir de 1987, com a transição política no Brasil, os acertos e fracassos da Nova República e a elaboração de uma nova Carta Magna para a nação, tanto o tema da modernização (ou modernidade) quanto sua crítica vivem uma, talvez surpreendente renascença. Isto não apenas no meio acadêmico e no relativamente restrito âmbito de uma elite intelectual com acesso ao mercado de livros no país²⁴, mas para um público maior através de sua divulgação nos jornais. Fala-se da "Desmodernização" do país, do "Moderno x Arcaico", da "Modernidade à Porta" ou do "Portal da Modernidade", do "Moderno Caduco" etc.

Em seu artigo com esta última expressão como título, Cristovam BUARQUE atribue exatamente à importação de uma modernidade do tipo norte-americano ou europeu, aliás já criticada em seus países de origem, a maior parte das dificuldades que o Brasil

²⁴ vide aqui o livro de BERNAN 1987 como exemplo

atravessa. E a tentativa de construir, nas últimas cinco décadas, este tipo de modernidade que causou graves contradições.

"... conseguimos ser extremamente modernos e perversamente atrasados, através de um processo interligado, no qual a lógica da modernização econômica exigiu o atraso social e político. A inchaço das cidades decorreu da prioridade à indústria; a vergonhosa miséria da saúde e da educação vem da referência para subsidiar a montagem de uma infra-estrutura econômica e o próprio setor privado....; a tortura, a prisão, a censura, o tolhimento à liberdade, instrumentos necessários para permitir a acumulação rápida ao cumprimento deste projeto de modernização, sem a reação contrária das massas que sofriam o problema na carne, ou dos intelectuais mais lúcidos que sofriam na consciência ao ver o desastre para o qual o país era conduzido"²⁵.

Aponta o perigo de o povo, os militares, as lideranças e os intelectuais se deixarem levar a acreditar nos defensores deste tipo de modernidade que chama de arcaica e alienígena. "Um dos maiores desafios da modernização brasileira, nos próximos anos, será o de enfrentar os preconceitos e maniqueísmos criados, de todos os lados, nos últimos anos"²⁶. Ou, em uma formulação mais dramatizada, voltando-se contra os "ismos do atraso" (cartorialismo, patrimonialismo, empreguismo e nepotismo no Brasil), COUTINHO²⁷ conjura a desgraça do retrocesso à "barbarie":

"Se o moderno não ganhar, o país pode cair numa noite medieval em plena modernidade.

- noite medieval em que poucos felizardos, como aconteceu nas abadias do século XIV, tinham a luz do conhecimento e a mordomia das lamparinas".

25 DUARQUE 1987

26 *idem*

27 vide Coutinho 1987

3 MODERNIZAÇÃO EM SOCIEDADES CAPITALISTAS

Como, então, compreender a lógica social e sua característica ambigua (contraditória) do desenvolvimento brasileiro, que reúne modernização econômica (implantação da infra-estrutura econômica, industrialização, altas taxas de acumulação) com atraso social e político (inchaço das cidades, miséria da saúde e educação, tortura, prisão, censura etc.)?

Sabemos, desde MARX, que a "modernização econômica" nas sociedades capitalistas, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas, recria as demais manifestações da vida social, submetendo-as à sua dinâmica. Entretanto, perdemos a certeza de que, num processo contraditório, a modernização irá levar à própria superação do modo de produção capitalista, criando, ela mesma, uma potencial "sub-cultura (hegemonia) do proletariado" segundo GRAMSCI e HABERMAS.

3.1 AS PRINCIPAIS ABORDAGENS

Torna-se, portanto, necessário aprofundar, minimamente, esta discussão. Com esta finalidade recorreremos, agora, a conceitos de diferentes autores (escolas) a respeito do termo "modernização" e introduzimos, com isto, certas características e diferenciações

de acordo com suas posições teóricas. Referimo-nos a quatro abordagens diferentes dos quais três guardam certas articulações entre si:

a) Teoria da Modernização

Concebe a modernização de uma sociedade como um processo de mudança social num sistema social aonde a transformação num elemento deve provocar "uma sequência de ajustamentos recíprocos que mantem o todo social integrado"¹. A partir da premissa de que existem padrões sociais "modernos" - os das "sociedades modernas", caracterizadas pelo universalismo, especificidade e desempenho - os países em desenvolvimento sofrem uma transformação mediante a penetração destes padrões nas suas estruturas sociais "tradicionais".

É um processo histórico - coerente e não contraditório - ao qual estas sociedades estão submetidas que pode causar certos "desajustes temporários" internos na medida em que a modernização não se impõe simultaneamente em todas as partes da sociedade. Consequentemente, a teoria explica eventuais desequilíbrios como resultado dos processos de industrialização e urbanização nestes países². Decorrem da falta de integração entre estruturas normativas e o quadro motivacional, por um lado, e as exigências de

¹ KOVARICK 1975, p.45

² vide *idem*, *idem*

uma sociedade que pressupõe "a difusão e o uso de papéis de tipo industrial em meios não industriais" por outro³.

"Em outros termos," segundo a teoria da modernização, "o desenvolvimento gera desequilíbrios, tanto sociais como econômicos, que são equacionados ... em termos de padrões polares, entre os quais as disparidades regionais, a dualidade cidade-campo ou as diferenças entre grupos e sistemas sócio-culturais."⁴

Concluindo, a teoria da modernização interpreta os "desajustes, disparidades, dualidades ou meras diferenças" - empiricamente evidentes - enquanto disfuncionais, fenômenos temporários ou conjunturais, resultado de uma transformação ainda inacabada referente a um choque entre estruturas de normas e valores sociais "tradicionais" e aqueles "modernos" da indústria ou economia. Toma como pressuposto, no fundo, a aparente coexistência transitória de temporalidades diferentes no mesmo lugar/espço.

E esta abordagem que foi amplamente usada para investigar e compreender processos de modernização nos países em desenvolvimento; é nitido seu caráter etnocentrista e ideológico como percebemos a partir dos conceitos dos dois grandes teóricos nesta matéria: WEBER e MARX.

b) Modernização Social e Cultural em M. WEBER.

Ao analisar os processos de burocratização nos países industrializados, WEBER identifica a modernização como um processo de

³ vide APTER, cit. por KOWARICK 1975, p. 46

⁴ vide *ibidem*, p. 47

racionalização contraditório⁵; segue um padrão conforme qual a racionalidade a respeito de fins (Zweckrationalitaet) penetra, através das esferas da economia e do Estado, em outras esferas da vida estruturadas comunicativamente, dominando-as a custo da racionalidade moral-prática (Wertrationalitaet), ou seja de valores, costumes, estruturas sociais tradicionais etc. (modernização cultural). Esta teoria de racionalização de WEBER representa, na opinião de HABERMAS, uma importante abordagem para a explicação de patologias sociais que aparecem como consequência da modernização. Tem seus problemas na medida em que WEBER analisa a racionalização de sistemas de ação apenas sob o aspecto da racionalidade com respeito a fins - a modernização cultural é mero reflexo - e trata o padrão capitalista de modernização como se fosse a única forma possível de racionalização social.

c) Modernização Capitalista em MARX

Encontramos em BERMAN⁶ uma sucinta descrição da visão de MARX daquele processo que hoje é chamado de modernização capitalista e caracterizado pela emergência de um mercado mundial e a consequente destruição de mercados locais e regionais; pela internacionalização de produção e consumo, como também da escala de comunicações, acompanhada pela emergência de uma "mass media" tecnologicamente sofisticada; pela concentração do capital cada vez mais nas mãos de poucos; pela centralização progressiva da

⁵ vide HABERMAS 1981, vol II, pp. 447 ss

⁶ BERMAN, M. 1927, aqui especialmente pp. 89 s.

produção e sua racionalização, extinguindo formas menos produtivas; pelo crescimento catastrófico das cidades; pelo surgimento de Estados nacionais poderosos para assegurar uma relativa ordem e uniformidade neste processo; mas também pelo despertar dos trabalhadores das indústrias para uma espécie de consciência de classe e sua luta contra a aguda miséria e a opressão crônica em que vivem.

Em outras palavras, a modernização capitalista é o processo da propagação de formas capitalistas de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e da permanente reorganização da produção social ao mesmo tempo que acirra as contradições entre forças produtivas e relações de produção; processo este que deve levar à superação do próprio modo de produção capitalista. Trata-se, portanto, considerando-a em sua totalidade, de uma transformação social complexa e contraditória em si.

d) Modernização Instrumental e Comunicativa de HABERMAS

HABERMAS elabora seus conceitos a respeito de "transformações sociais orientadas por uma racionalidade do tipo instrumental" e de "transformações sociais norteadas por uma racionalidade comunicativa" mediante discussão, reformulação e absorção das teorias sociais de MARX e WEBER, considerando, assim, a modernização das sociedades capitalistas também como processo conflitante, mas que não precisa estar dominado exclusivamente pela racionalidade instrumental.

Com a Teoria Crítica de HABERMAS conseguimos perceber o caráter ideológico da visão da teoria da modernização e esclarecer melhor o sentido verdadeiro da especificidade moderna das sociedades capitalistas. O confronto entre "estruturas normativas sociais" e "papeis do tipo industrial" ocupa um lugar privilegiado na conceituação de HABERMAS; obviamente, ele não usa exatamente estes termos, muito menos ainda no sentido da acima referida teoria.

Este último conceito será discutido, com mais profundidade, no próximo item.

3.2 MODERNIZAÇÃO INSTRUMENTAL VERSUS MODERNIZAÇÃO COMUNICATIVA

?

A modernização brasileira apresenta, como apontado anteriormente, um padrão altamente heterogêneo para cuja compreensão os conceitos acima mencionados fornecem subsídios bastante limitados. Sem ter empreendido um estudo muito profundo, levantamos a hipótese de que a investigação da constatada contradição entre modernidade econômica e atraso social e político encontrará no conceito de HABERMAS um suporte teórico frutífero.

Entretanto, antes de apresentá-lo, cabe introduzir algumas ressalvas a seu respeito:

É claro, que a transferência de conceituações elaboradas em determinados contextos históricos, sociais e espaciais para rea-

lidades alheias exige o maior cuidado. Pois, mesmo pressupondo um movimento global e homogeneizante, em determinada medida, da expansão capitalista no qual se encontra, sem dúvida, inserido o Brasil, reconhecemos que não há semelhanças significativas entre a realidade social brasileira e a dos países industrializados.

Adiantando alguns termos das categorias da própria Teoria Crítica de HABERMAS, podemos dizer, que, historicamente, cada sociedade capitalista se caracteriza pela sua diferenciação social particular entre um quadro institucional (valores culturais, estruturas sociais cotidianas etc.) e sistemas econômico-administrativos. É óbvio que é diferente não apenas o grau desta separação e as formas de seu relacionamento (as trocas) se compararmos os países industrializados com um país como o Brasil; mas são diversas, também, as qualidades dos processos históricos que determinam estes diferentes graus e formas (vide p. ex. a "industrialização tardia" e a "urbanização precoce" do Brasil).

Uma reformulação conceitual⁷ da Teoria Crítica de HABERMAS deve suscitar consideráveis dificuldades para dar conta de uma realidade altamente heterogênea, na qual coexistem, ao lado de formas de produção nitidamente capitalistas e de um processo de implantar uma racionalidade instrumental nos aparelhos do Estado, uma infinidade de articulações sociais (nas esferas da produção e reprodução, privado e público, cultural e econômica) que resistem a um "enquadramento" nas categorias que acima introdu-

⁷ que não realizaremos neste relatório!

zimos⁸. Entretanto, oferece duas oportunidades essenciais para nossa pesquisa:

- apesar de se constituir, na sua aparência, enquanto um sistema conceitual bastante rígido em termos de determinados cortes analíticos abstratos, não visa a homogeneização (científica) de diferenças sociais (como "leis", regularidades universais etc.), mas abre espaço à absorção das heterogeneidades sociais concretamente existentes em diferentes contextos histórico-territoriais, articulando-as em relação à lógica maior do desenvolvimento capitalista;
- mostra-se sensível para aquele problema principal que é a contemporaneidade do "moderno" com o "atrasado"; permite, neste sentido, a percepção da ambivalência da modernização capitalista que não necessariamente levará, em contextos históricos como o brasileiro, a uma "sociedade moderna".

Discutimos, portanto, as linhas mestre do pensamento do autor⁹:

A partir de sua leitura de MARX, HABERMAS¹⁰ levanta a hipótese de que a conexão entre forças produtivas e relações de produção deve ser substituída por uma outra, mais abstrata, entre interação e trabalho. O trabalho como agir racional com respeito

⁸ Apenas para ilustrar este fato, é suficiente pensar nos quatro papéis sociais fundamentais das sociedades industrializadas: obviamente encontramos no Brasil aquelas funções de empregado e consumidor em relação ao sistema econômico e do cliente e cidadão frente ao sistema administrativo; parece, entretanto, duvidoso até que ponto estes papéis (na verdade relações) caracterizam a sociedade brasileira em sua totalidade.

⁹ vide aqui a já vasta literatura secundária no Brasil; também nossa tentativa em resumir as idéias centrais de HABERMAS e situá-las no contexto da Escola de Frankfurt em RANDOLPH 1987

¹⁰ vide HABERMAS 1983

a fins é regido por regras técnicas e estratégias baseadas no saber empírico e analítico cuja violação qualifica o ator como incompetente. A interação como agir comunicativo rege-se por normas que definem expectativas de comportamentos recíprocas, precisam ser reconhecidas pelos agentes, cujo sentido se objetiva na comunicação mediatizada pela língua comum e sua violação aparece como comportamento anômalo.

Dispondo destes dois tipos de agir, que em outra ocasião introduz através de análises históricas¹¹, o autor distingue duas esferas da vida social conforme nelas predomina um dos tipos de agir; nos sistemas econômico e administrativo (aparato do Estado) são institucionalizadas principalmente proposições sobre ações racionais com respeito a fins, sendo esta esfera englobada por um quadro institucional ou mundo vital (Lebenswelt) sócio-cultural caracterizado por normas que guiam as interações verbalmente mediatizadas. Posteriormente¹², aperfeiçoa analiticamente esta diferenciação na medida em que esclarece seu caráter histórico, os mecanismos desta diferenciação e os meios de intercâmbio entre suas partes (poder e dinheiro).

A transição entre sociedade tradicional e moderna e o surgimento do capitalismo não se caracterizam, em termos das categorias introduzidas, por uma mudança estrutural do quadro institucional em si, mas pelo nível do desenvolvimento das forças produtivas, que leva a uma expansão permanente dos subsistemas do agir fim-racional e põe, assim, em questão as formas tradicio-

¹¹ vide HABERMAS 1983a

¹² vide HABERMAS 1981

nais de legitimar a dominação. Ao questionar estas formas de legitimação o capitalismo cria uma nova (econômica) a partir da base do trabalho social: é a instituição do mercado que serve não apenas como mecanismo ou "lugar" de troca, mas assegura a justiça da equivalência destas relações; a dominação política aparece, portanto, legitimada de baixo para cima. E, é esta ideologia que encontramos na teoria da modernização.

Na evolução social a estrutura econômica assume sua direção; em outras palavras, os sistemas do agir fim-racional desempenham a função da adaptação ativa das sociedades, ao contrário das modificações do quadro institucional que ocorrem em forma de uma adaptação passiva. A partir da crítica das ideologias burguesas, a incongruência entre adaptação ativa e passiva entra no domínio da consciência pública; compreende-se assim o objetivo crítico de MARX de transformar aquela adaptação secundária também numa ativa - luta de classes em sociedades classistas - e de submeter a ela o controle da mudança estrutural da própria sociedade¹³.

Pergunta-se o autor em outro texto¹⁴ como se pôde compreender o fato de que lutas sociais, em determinadas condições, levam a uma nova forma de integração social, um novo nível do desenvolvimento da sociedade. Entende, então, que o gênero humano apreende não só na dimensão do saber tecnicamente valorizável, mas também na dimensão da consciência prático-moral: "as regras do agir comunicativo desenvolvem-se, certamente, em reação a mu-

13 vide HABERMAS 1983

14 HABERMAS 1983a

danças no âmbito do agir instrumental e estratégico, mas, ao fazê-lo, seguem uma lógica própria"¹⁵.

Em outras palavras, podemos distinguir duas formas de transformações que caracterizam o advento da era moderna:

- transformações sociais orientadas por uma racionalidade de tipo INSTRUMENTAL, que otimiza a relação entre fins e meios, visa, principalmente, de forma direta ou indireta elevar o desenvolvimento das forças produtivas e utiliza como instrumentos de condução social dinheiro e poder¹⁶; esta transformação e a respectiva racionalidade não se restringem apenas aos sistemas econômico e administrativo, mas submetem à sua lógica, também, ao menos em parte a esfera da reprodução (ou mundo vital), através da institucionalização de dinheiro e poder no seu âmbito, da disciplinarização do cotidiano, da erosão de valores tradicionais etc.¹⁷, introduzindo quatro papéis sociais que se cristalizam em volta das relações de troca entre sistemas e mundo vital: empregado e consumidor, na esfera privada, e cliente e cidadão, na esfera pública¹⁸. Do avanço do complexo econômico-administrativo e da consequente colonização do quadro institucional espera-se uma superposição de velhos e novos conflitos, surgindo os últimos na intersecção entre sistema e mundo vital¹⁹;

15 idem, p. 128

16 vide HABERMAS 1983

17 vide também HABERMAS 1981

18 vide HABERMAS 1981a

19 vide idem

- sua aparição depende da ocorrência de transformações sociais norteadas por uma racionalidade COMUNICATIVA com características diferentes, baseadas na comunicação linguística, no estabelecimento de consenso e solidariedade entre os indivíduos²⁰; representam um processo de aprendizado social que não significa um incremento imediato das forças produtivas e nem alimentam a reprodução das relações de produção capitalistas - sem, com isto, se caracterizar como esfera "marginal"²¹. Ao contrário das organizações econômicas ou administrativas, neste caso a mobilização e organização da população não estão cristalizadas e formalizadas em funções e papéis e atribuídas a seus componentes²²; mas, este tipo de organização supõe a "acumulação de experiências comuns entre seus componentes", e permite a superação de uma identidade em geral formada a partir de bases precárias²³. Nos países centrais, onde os quatro papéis sociais acima referidos já forem internalizados pela grande maioria da população, estes movimentos têm como objetivo o amolecimento destes papéis sociais e pretendem, assim, abrir um caminho para contra-instituições que desenvolverão o mundo vital por si próprio²⁴.

Poderíamos, portanto, falar de dois processos de modernização que não ocorrem de uma forma interdependente - a princípio, é

20 vide HABERMAS 1983 e 1981a - ou de "compaixão" como dizia CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS

21 não se confunde, portanto, esta discussão com aquela da chamada teoria da marginalidade, vide KOWARICK 1975

22 vide MACHADO/ZICCARDI 1980

23 idem, p. 91, destaque nosso

24 vide HABERMAS 1981a e, especialmente, a discussão sobre as dificuldades e limitações desta "estratégia" em idem 1985

o primeiro que é o dominante em sociedades capitalistas -; e é esta interdependência que HABERMAS procura explicar em sua Teoria Crítica da Sociedade. Concluindo, temos:

- a modernização instrumental e estratégica, que leva, por um lado, à implantação, expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista nas formações sócio-econômicas por ele dominadas; mas, por outro, à subordinação (por fins de exploração capitalista) e até ao desmoronamento dos valores sociais tradicionais; à inseminação dos "valores industriais modernos" em termos da aceitação social de padrões de racionalidade econômica e critérios de eficiência administrativa que constituem a base social para a reprodução do modo de produção capitalista²⁵;

- a modernização comunicativa que representa, seguindo uma dinâmica própria, porém não independente, um aprendizado social baseado em processos de interações comunicativas e na acumulação de novas experiências comuns no interior de determinados grupos de pessoas que poderão resultar, como apontam MACHADO/ZICCARDI, na formulação de uma nova identidade do grupo.

Aí, no campo das tensões e contradições entre as duas formas da modernização capitalista, podemos reencontrar as questões relativas ao "Moderno Caduco", da "Desmodernização" e da perversidade da modernização da sociedade brasileira:

²⁵ não entraremos na discussão sobre possíveis efeitos salutarres em romper com tradições alienantes (desencantamento do mundo etc.) neste processo da redefinição de valores; também mudanças deste tipo não pode-se atribuir uma intencionalidade por parte da modernização instrumental (poderíamos recorrer a M. WEBER, por exemplo).

Aonde a modernização instrumental é de uma maneira seletiva que em vastas áreas, especialmente, da administração pública prevalecem "valores tradicionais" - ainda que "modernizados" - como o nepotismo, empreguismo, patrimonialismo, cartorialismo, corporativismo etc. etc.; que lança (ou pelo menos lançou, durante certo período) mão de meios de repressão como forma arcaica de manter a obediência civil; aonde uma grande parte da população não tem acesso ao mercado de trabalho capitalista e o modo de produção capitalista necessita exatamente esta população para sua própria reprodução etc.²⁶.

Ao mesmo tempo, assistimos ao movimento civil de certos segmentos da população, empenhando-se em algo que poderíamos chamar de modernização comunicativa, afirmando e redefinindo suas identidades sociais e reivindicando uma participação mais efetiva na sociedade brasileira²⁷.

3.3 A MODERNIDADE EM CRISE E SEU RESGATE

Esta atualidade e relevância do pensamento de HABERMAS para a investigação e, talvez, compreensão da modernização brasileira não vem do acaso e não é surpreendente, pois, como mencionamos antes, sua Teoria do Moderno parte exatamente da percepção das patologias da modernização nos países industrializados.

²⁶ existe uma vasta bibliografia a este respeito à qual não pretendemos recorrer neste momento.

²⁷ ainda que haja uma imbricação entre as duas formas de modernização, vide especialmente a discussão sobre a trajetória da participação no Brasil em LIMONAD 1984, poder-se-ia, provavelmente distinguir casos com diferentes graus de autonomia.

Inscribe-se, assim, num debate mais amplo ainda, nestes países, sobre o projeto político-ideológico da modernidade, que está sendo cada vez mais questionado na medida em que o desenvolvimento industrial e tecnológico e o progresso material afastam progressivamente os ideais humanistas de emancipação da humanidade. Surgem novas palavras de ordem como pós-industrial, pós-moderno, pós-cultura, pós-história que levam a imaginar que estaremos entrando em uma nova era das sociedades capitalistas ou assistindo uma ruptura e passagem a uma forma de organização social "Pós-Capitalista": Por julgar estas discussões importantes para uma problematização crítica e abrangente do nosso estudo - vide a acima mencionada "vigilância epistemológica", as introduzimos brevemente nas nossas considerações.

Não há dúvida: a modernidade envelheceu, ou até, como dizia ADORNO, não é mais moderna ("unmodern"):

"... as vanguardas estéticas parecem ter-se esgotado,...; os grandes mitos novecentistas do progresso material e da emancipação da humanidade pela ciência e pela revolução são considerados anacrônicos; a razão, instrumento por excelência com que o Iluminismo queria combater as trevas da superstição e do obscurantismo, é denunciada como o principal agente da dominação. Há uma inquieta consciência de que a economia e a sociedade são regidas por novos imperativos, por uma tecnociência computadorizada, que invade nosso cotidiano..."²⁸

Mas, na opinião de ROUANET este quadro - expresso pelo termo da pós-modernidade - não chega a caracterizar uma ruptura real, pois continuamos vivendo num sistema capitalista e permanece intocada, em sua essência, a modernidade científica, moral e es-

²⁸ ROUANET 1986, pp.87s.; vide também ANDERSON 1984 e HABERMAS 1985

tética: "Não há ruptura, mas há uma consciência de ruptura"²⁹; existe uma "consciência mais ou menos generalizada de que as tensões da atualidade são males inerentes à modernidade"³⁰; dá origem a uma rejeição que para os pós-modernos conservadores e do "centro" (os "integrados" como ROUANET os chama) atinge apenas a modernidade cultural e não a econômica³¹, que continua sendo aceita por estas vertentes políticas. Já os pós-modernos da esquerda repudiam esta diferenciação e, conseqüentemente, "a" modernidade.³²

Nestas suas três variantes (da direita, do centro e da esquerda), a consciência pós-moderna reage às patologias da modernidade através de uma fuga para frente, renunciando ao confronto concreto com os problemas da modernidade³³. Mas é este confronto que, na opinião de ROUANET, precisa ser aceito e travado entre a modernidade real e os padrões normativos que ela mesma criou: "não se trata, portanto, de sair da modernidade, mas de corrigi-la e completá-la"³⁴.

Propõe uma consciência "neo-moderna" ou moderna crítica e radical (MARX, FREUD) que, no que diz respeito à modernidade cultural, considera irreversível o processo de desencantamento do mundo; que é implacavelmente racionalista e crítica; que tenta de alguma forma restaurar a unidade da razão - fragmentada na ciên-

29 idem, p.90

30 idem, idem

31 São consideradas as conquistas da modernidade econômica a economia de mercado e o Estado de direito.

32 vide ROUANET 1986, pp. 91s.

33 idem, p.93, **negrito nosso**

34 idem, p. 94

cia, moral e arte -, assegurando a interpenetração das três esferas sem que apaguem as fronteiras entre elas³⁵.

A respeito da modernidade econômica, a consciência neo-moderna aceita, criticamente, os ganhos proporcionados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Incorpora os instrumentos analíticos e os estilos de percepção de outros autores como FOUCAULT; mas não ignora, apesar da descoberta do "poder dos interstícios mais microscópicos da vida cotidiana", que os velhos agentes de dominação continuam mais vivos que nunca.

"A microfísica do poder não aboliu a macrofísica, sobretudo numa sociedade como a nossa em que os contrastes de classe só fazem radicalizar-se, e em que as estruturas sociais estão muito mais próximas das que caracterizavam a modernidade em seus primórdios que das que caracterizam as pretensas sociedades pós-modernas"³⁶.

Permanecendo ainda alguns instantes na observação dos países industrializados, encontramos na análise de HABERMAS³⁷ o mesmo raciocínio: este autor caracteriza o moderno como época que após o desmoronamento dos valores sociais tradicionais precisava criar sua própria normatividade por si mesma; é o capitalismo que, ao mesmo tempo que "desmancha tudo que é sólido no ar"³⁸, imputa uma consciência moderna do tempo, abrindo horizontes nos quais o pensamento utópico se funde com o pensamento histórico.

A consciência histórica, que teve influência política, sempre estava inscrita em uma perspectiva utópica; pelo menos

35 vide *idem*, pp. 94 ss.

36 *idem*, p. 96

37 vide HABERMAS 1985

38 vide BERMAN 1987

até há pouco tempo. Hoje, nos países industrializados, o futuro tem uma conotação negativa; as energias utópicas parecem consumidas; reinam perplexidade e pessimismo com respeito à própria cultura ocidental.

Mesmo que se possa achar boas razões para o esgotamento destas energias utópicas, isto não justifica, na opinião de HABERMAS, supor que estaríamos iniciando um período pós-moderno. Pois, o que perdeu sua força de mobilização é uma utopia específica do passado, baseada no potencial contestador de uma Sociedade de Trabalho, ou seja de uma sociedade burguesa estruturada pelo trabalho abstrato, trabalho assalariado conduzido através do mercado. Na medida em que esta utopia orientava e influenciava o reformismo social-democrata nas democracias de massa no ocidente, entra em crise o próprio projeto do Estado do Bem-Social. Surge, então, três respostas a esta crise às quais retornaremos mais tarde.

E a partir destas interpretações de ROUANET e HABERMAS a respeito das características das sociedades capitalistas contemporâneas que precisamos resgatar na ciência seu espírito moderno (e não aderir precipitadamente ao cómodo pós-modernismo³⁹) que implica em dois compromissos (metodológicos e políticos) básicos:

- o resgate da criticidade; uma abordagem verdadeiramente crítica⁴⁰, reconhece e reflete sobre condições sociais da produção científica o que a confere um caráter não-neutro⁴¹.

³⁹ a respeito da "condição pós-moderna", eis o título em original, LYOTARD 1985

⁴⁰ vide a história da "teoria crítica" desde MARX até seus representantes contemporâneos

⁴¹ vide por exemplo HORKNEIMER 1983

Em consequência, não aceita a simples facticidade da realidade - igualmente produto social -, mas, ao contrário, procura desvendar, atrás das aparências, seu significado essencial e se constituir como instrumento da transformação social, apontar o "possível", descobrir e localizar "fontes" (sociais) de "energias utópicas" que se possam tornar agentes de transformação;

- o resgate da totalidade⁴²; ao mesmo tempo, não podemos abrir mão da pretensão de querer compreender a totalidade das manifestações vitais de uma sociedade (ao contrário da ciência pós-moderna), pois é só através da totalidade que teremos acesso à essência dos fenômenos; o fraccionamento da realidade social (em realidades), apenas aparente, não aboliu suas lógicas globais⁴³.

E a partir desta postura "neo-moderna" que deveríamos rever nossas investigações anteriores e reformulá-las com o objetivo de, apesar de todas as dificuldades que a pesquisa científica enfrenta hoje no Brasil, empreender um passo na acumulação de um conhecimento científico que sirva, a médio prazo, para uma verdadeira transformação da sociedade brasileira⁴⁴.

42 que, como ressalta LEFEBVRE 1984, é ao mesmo tempo pressuposto da própria criticidade.

43 vide ROUANET 1986

44 entretanto, não é ainda neste Relatório que conseguiremos superar tais dificuldades e dar um passo maior em direção a uma mais rígida abordagem "neo-moderna"; submetidos a sérias restrições pode-se esperar de nos apenas um primeiro, provisório e limitado passo nesta longa caminhada.

4 PRIMEIROS RESULTADOS: ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÕES DA ESPACIALIDADE SOCIAL

Tanto a discussão da espacialidade social (vide 1.2) como a reflexão sobre modernização e (neo)modernidade (vide 3.4) conduzem à introdução de certas condições para investigações legítimas - em termos da referida posição teórica e política - da espacialidade da ordem social; ao mesmo tempo, representam critérios para a antes apontada vigilância epistemológica¹ que deverá ser exercida tanto em relação ao nosso próprio trabalho quanto às investigações alheias.

A conexão entre estes dois veios de nossa reflexão leva à conclusão de que não se pode basear o estudo da espacialidade social em processos sociais arbitrariamente escolhidos (destacados ou isolados). Ou seja, não é qualquer sequência de eventos e acontecimentos sociais que pode simplesmente ser "espacializada", pois não teríamos nenhuma garantia de que a espacialidade identificada esteja realmente relacionada aos processos sociais observados. Seria possível que a lógica social de processos sociais desconhecidos produzisse esta espacialidade.

¹ refere-se esta vigilância não a um "patrulhamento ideológico", é claro; mas significa nossa atenção a respeito do uso (eventualmente indevido) de conceitos e especialmente a interpretação de resultados de pesquisas; atenção a respeito dos argumentos utilizados, porque nem todos são legítimos.

Na ordem social consideramos "espacialmente relevantes", por assim dizer, apenas aqueles processos sociais que estão integrados numa ou articulam um certa totalidade social², cuja identificação pressupõe, por sua vez, uma determinada visão dos princípios gerais da organização social³.

A ESPACIALIDADE É, PORTANTO, NÃO UMA SIMPLES "DIMENSÃO" QUE SE PODE INCLUIR OU EXCLUIR, DELIBERADAMENTE, NA INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS⁴.

Neste interpretação rigorosa podemos afirmar que estudos que não cumprem esta determinação não contribuem para a compreensão da espacialidade social. Sem perceber muitas vezes que, na verdade, não investigam e compreendem nada além da espacialidade física de objetos (mesmo quando estes são corpos humanos), correm o risco, voluntária ou involuntariamente, de escamotear este fato através de discussões (quem sabe, até "pluridisciplinares") sobre processos sociais supostamente relacionados com fenômenos territoriais.

Entretanto, seria injusto se não relativizássemos a crítica àqueles que "não sabem (ou admitem) o que fazem": pois, a investigação da espacialidade social enfrenta um problema grave que, surpreendentemente, não tem nada a ver com aquelas disciplinas acadêmicas cuja tarefa principal é o estudo do espaço/território

2 é aqui que vemos que a concepção dos "circuitos produtivos" está baseada nas mesmas preocupações, sem falar de CORAGGIO a quem devemos uma grande parte destas reflexões; veremos, mais adiante, um exemplo explícito, de uma análise regional que parte desta visão da totalidade social.

3 apesar esta visão como a própria realidade historicamente determinada e variável, nem todas - ou para falar mais claramente - poucas abordagens das ciências sociais possibilitam o reconhecimento destes princípios.

4 acreditamos que esta simples conclusão é um importante resultado das reflexões anteriores; sua importância não pode ser subestimada pela facilidade que a espacialidade física se reveste de social!

como a geografia, por exemplo. Não, por que a maior entrave para estas investigações são as limitações intrínsecas das próprias ciências sociais (em suas diferentes vertentes) de fornecer uma base conceitual - não fragmentizada, compromissada com a totalidade - que satisfaça as exigências acima levantadas⁵!

4.1 OS POLOS DA INVESTIGAÇÃO ESPACIAL: FRAGMENTAÇÃO SOCIO-ECONOMICA ...

Para exemplificar o tipo de investigação espacial baseado na fragmentação social referimo-nos às idéias e conceitos (modelos) elaborados no âmbito da "Economia Regional"⁶.

Para compreender as dificuldades que obstaculizaram a consolidação desta "disciplina", há de se observar que o pensamento econômico negligenciava, tradicionalmente, a espacialidade da ordem social por principalmente três razões⁷:

- a) partia-se do pressuposto de que o padrão espacial das atividades econômicas estivesse determinado, fundamentalmente, por fatores não-econômicos (localização de recursos naturais, comportamento locacional dos agentes econômicos determinado por razões não apenas econômicos etc.); sua investigação cabia a outras disciplinas acadêmicas como a Sociologia, a Demografia e, naturalmente, a Geografia; a análise

⁵ e aqui pode-se imaginar que estrago um pós-modernismo acadêmico nas ciências sociais, que não corresponde à fragmentação da própria realidade social, poderia causar.

⁶ vide como exemplo de uma ampla bibliografia a este respeito o livro de RICHARDSON 1970

⁷ vide RICHARDSON 1975, pp. 15 ss.; também FISCHER 1973, pp. 47 ss.

econômica considerava o tempo como dimensão crítica que foi, em consequência, rapidamente incorporada;

- b) baseado na "doutrina da igualdade" (RICHARDSON) do pensamento econômico clássico, problemas regionais - disparidades econômicas entre territórios - eram considerados acidentais ou como desajustes temporárias que seriam eliminadas, com o tempo, pelas forças livres do mercado; "... pois, as diferenças em preços, custos, salários e renda entre regiões não podem persistir fora das restrições à igualação impostas pelos custos de transportes"⁸, que, aliás mesmo em análises especiais, se considerava como iguais a zero para assegurar a plena igualação dos preços;

- c) enfim, a Teoria Micro-Econômica enfrentava problemas de inclusão da dimensão espacial por causa da necessidades de suas análises marginalistas em trabalhar com variáveis contínuas; porque o espaço introduz determinadas descontinuidades através, por exemplo, do movimento de fábricas, da existência de certas concentrações nodais etc..

Foi apenas um pequeno grupo de economistas, inicialmente de alemães⁹ e depois anglo-saxões, que estabeleceu uma respeitável tradição de estudos de localização, desde o início do século passado. Mas sua repercussão acadêmica foi bastante limitada; apenas no século XX entrou na consciência dos economistas - e também dos governos - que as forças de mercado não necessariamente levam à

⁸ RICHARDSON 1975

⁹ "Os poucos economistas que se aprofundavam em problemas de localização eram obscuros cidadãos da Europa Central com nomes de difícil pronúncia...", RICHARDSON 1973, p. 12

igualdade das rendas regionais e à localização ótima dos fatores econômicos; que a própria distância pode conceder uma proteção monopolista a empresas, introduzindo a economia espacial, portanto, imperfeições na concorrência; que, por um lado, existem resistências tanto econômicas como não-econômicas ao movimento dos fatores e, por outro lado, que a economia de mercado pode levar a uma drenagem maciça da população de certas áreas para outros, como também a uma alta concentração de recursos em um número pequeno de cidades com alta densidade¹⁰.

E com a percepção e reconhecimento desses fatores, por parte dos setores dominantes nas sociedades capitalistas desenvolvidas, que surge a necessidade do planejamento (espacial, regional)¹¹ que, por sua vez, exigiu uma maior compreensão dos problemas espaciais. Foram, assim, as implicações políticas que aceleraram o desenvolvimento da economia regional como uma disciplina acadêmica¹².

RICHARDSON¹³ distingue (pelo menos) três abordagens gerais à análise regional e locacional:

- a) supõe como fixa a localização da população, da indústria e dos recursos e concebe o espaço como um atrito no fluxo de bens entre dois pontos fixos:

10 vide RICHARDSON 1975, p. 17

11 vide HALL 1975, capítulo 6, pp. 125 ss.

12 Apesar disto, "a preocupação com a política regional ficou muito atrás de outros aspectos da intervenção governamental..", RICHARDSON 1975, p. 17, quando questões como o pleno emprego ou as desigualdades na distribuição da renda se tornam mais importantes do que "problemas regionais".

13 vide *idem*, pp. 18 ss.

"O atrito espacial, medido pelos custos de transporte, restringe a interação espacial. Embora os custos de transporte reflitam outras variáveis ..., eles variam diretamente com a distância (...). Uma vez que os custos de transporte limitam a capacidade de competição dos bens produzidos em um ponto com os bens produzidos em outro ponto, os fluxos de bens são reduzidos pela distância. As teorias de equilíbrio que se colocam dentro dessa categoria discutem a economia espacial de forma realista, no sentido de que reconhecem a existência do espaço e o impacto da distância nas relações econômicas entre as diferentes regiões da economia nacional"¹⁴;

b) adota uma análise espacial muito mais generalizada que inclui a determinação da própria estrutura espacial dentro de seu âmbito; o espaço vem sendo tratado, aqui, como "matriz para a localização das atividades econômicas" (R.E. KUENNE) e a preocupação central gira em torno das razões das decisões locacionais de indivíduos, fábricas e estabelecimentos de serviços; a abordagem locacional enfatiza a heterogeneidade do sistema espacial¹⁵;

c) trata as regiões como partes integrantes de uma economia multisetorial e concentra-se, assim, nas inter-relações entre regiões e economia nacional, ignorando normalmente variáveis de distância; o sistema regional é tomado simplesmente como um conjunto de pontos territorialmente separados; estas análises podem ser classificadas com de MACROECONOMIA REGIONAL e representam, conforme RICHARDSON, uma abordagem válida para determinados problemas regionais¹⁶.

14 *idem*, p. 19

15 *vide ibidem*; RICHARDSON refere-se aqui a ...

16 *vide ibidem*, p. 20

Devido a esta diversidade das abordagens

"a Economia Regional oferece uma grande variedade de conceitos que, geralmente, abordam aspectos parciais e distintos da estrutura sócio-econômica regional; estas abordagens utilizam variáveis definidas em graus diferentes de agregação/desagregação, obstaculizando a possibilidade de comparação e integração ..."¹⁷;

Estes conceitos ou modelos podemos agrupar conforme diferentes focos de análise e seus cortes analíticos¹⁸:

- os focos diferenciam-se segundo a consideração pelos modelos de determinações internas ou externas ao território observado; e
- os cortes em relação à primazia atribuída ao setorial sobre o territorial ou ao territorial sobre o setorial.

Cruzando estas duas variáveis deduzimos quatro tipos de análises possíveis:

- (foco externo/corte setorial) a investigação dos determinantes nacionais e supra-regionais considera a provável existência de uma dissociação entre as forças sociais e políticas existentes dentro de uma região e aquelas forças articuladas em outras escalas espaciais mais abrangentes (nacional e "multinacional", por exemplo), expressa nos tradicionais conflitos entre políticas nacionais e regionais e políticas setoriais e espaciais; leva, igualmente, em consideração o fato de que, no Brasil, a administração direta e indireta

¹⁷ PIQUET/RANDOLPH/SMOLKA/VETTER 1986

¹⁸ vide idem, p.

do governo federal (e através dele, os órgãos internacionais) tem um impacto significativo a nível regional; "examine-se, então, certos mecanismos concretos (institucionais, econômicos etc.) utilizados pelos interesses setoriais nacionais na submissão ou enquadramento de cada região na divisão espacial do trabalho; a idéia implícita é de que o regional no Brasil subordina-se ao setorial"¹⁹;

- (foco interno/ corte territorial) o estudo da região como representação nacional aponta as características da sócio-economia regional através de indicadores agregados (setoriais), bem como os programas do poder público regional (geralmente: estadual) voltado para o desenvolvimento (espacial e/ou setorial) de sua região;
- (foco externo/ corte territorial) a análise das relações interregionais revela os fatores exógenos do desenvolvimento regional, que alguns autores consideram - junto com os acima citados determinantes supra-regionais - como suas "forças impulsoras decisivas"²⁰ e explicita, assim, as singularidades de uma região em confronto com outras regiões no que tange a complementariedade e competitividade a nível dos fluxos interregionais; e
- (foco interno/ corte setorial), finalmente, a estrutura intra-regional, que em grande medida tem uma influência decisiva nos processos de desenvolvimento regional²¹, é

¹⁹ idem, p. 28

²⁰ vide FISCHER 1973, especialmente pp. 58 ss.

²¹ vide idem, pp. 74 ss.

investigada levando-se em conta aqueles processos sócio-econômicos nos quais a dimensão espacial se apresenta como variável determinante explícita.

Enfim, como resultado da classificação dos métodos econômicos de análise regional obtemos seu agrupamento nestes quatro classes conforme sintetizado no quadro seguinte (nas próximas páginas), que demonstra claramente que cada um destes modelos dá conta de um certo aspecto da realidade sócio-econômica; em outras palavras, mesmo quando não simples produto do "platonismo de modelos" da macro-economia tradicional, os modelos conseguem identificar apenas determinações sociais parciais (fragmentos) de determinadas espacialidades físicas, sem alcançar a compreensão da espacialidade social da realidade concreta²².

4.2 ... VERSUS TOTALIDADE SOCIAL

Encontrando deficiências parecidas nas análises territoriais ("regionais") da "Geografia Regional", DUARTE²³ propõe uma modificação radical da sua abordagem metodológica. Afinado a preocupações a respeito da relação entre "totalidade e espaço", este autor oferece-se como interlocutor privilegiado para exemplificar o polo oposto às investigações espaciais fragmentadas.

DUARTE distingue seu ponto de vista de duas correntes que trabalham igualmente com certas totalidades:

²² foi a partir desta avaliação que propusemos, em PIQUET/RANDOLPH/SKOLKA/VETTER 1986, sejam todos os modelos aproveitados para aumentar o leque das possíveis interpretações de uma realidade territorial
²³ vide DUARTE 1988

Q U A D R O : Níveis, Técnicas e Indicadores da Análise Regional

Nível	Modelos / Técnicas	Indicadores
Determinantes Nacionais e Supra-Regionais	Análise institucional da administração federal	Presença de determinados órgãos da administração federal na região (ministérios, secretarias especiais etc.); interferência de instituições públicas e/ou mistas
	Análise da política federal a respeito de seu impacto regional (explícito e implícito)	Metas e instrumentos de planos nacionais e setoriais, planos explicitamente regionais; diferenciação territorial de incentivos, tributação etc.
	Análise orçamentária (receitas/despesas)	Contribuição na arrecadação dos recursos (fontes); transferências, aplicações, investimento a nível regional
Região como representação nacional	Análise institucional, da política regional e dos orçamentos do poder público	Estrutura da administração regional (órgãos, suas características, distribuição dentro da região etc.); metas e programas do(s) governo(s) regional(is); arrecadação e aplicação dos recursos
	Modelos macro-econômicos e contabilidade regional	PIB regional, renda per capita regional, investimento (privado), poupança regionalizada
	Shift/share analysis (análise de deslocamento/participação)	composição industrial da região (mas também população, renda etc.); sensibilidade regional a respeito de flutuações cíclicas nacionais
Relações inter-regionais	Modelos de comércio inter-regional	custos comparativos dos fatores de produção, transferência de renda, pauta de importações e exportações regionais
	Modelo de base econômica	atividades econômicas básicas/nao-básicas; renda, emprego; coeficiente de abertura regional
	Modelos gravitacionais	populações, tamanho das regiões, distâncias
	Matrix insumo-produto	decomposição da produção, relações interindustriais
CONTINUA		

CONTINUAÇÃO:

Nível	Modelos / Técnicas	Indicadores
Estrutura intraregional	Modelo setorial	Renda per capita, produtividade setorial, padrão de demanda
	Modelos de localização de atividades produtivas (agrícola, industrial)	Insumos, mercados (consumo, trabalho), preços, coeficientes de produção, efeitos de aglomeração, externalidades, transportes, distâncias
	Modelos de polarização: - Lugar central - Polos de crescimento	Distribuição da população, oferta de serviços e comércio, hierarquia urbana, preços, transportes, distâncias Indústrias motoras, relações inter-industriais, complexos industriais
	Circuitos produtivos regionais	Relações técnicas e sociais entre produtores, formas diferenciadas de produção e consumo, origem dos capitais regionais

- a primeira admite apenas a análise de uma formação social como a de uma totalidade, como um todo social espacial. "A região seria uma parte do todo, um espaço em que se processam certas formas de reprodução do capital"¹. DUARTE acredita que este conceito de totalidade não permite ultrapassar os conceitos tradicionais de região, "sempre analisada como um recorte espacial de um universo maior";
- a segunda, com suas origens na teoria de sistemas, "considera um determinado objeto real como um todo sendo constituído por partes que se adicionam e que uma dessas partes pode ser, em outra escala, outro todo"².

DUARTE propõe, então, uma revisão destes conceitos e a identificação da região como realidade concreta, como uma formação social específica, constituindo uma totalidade social em si mesma.

"Esta postura implica em que não se terá para análise um espaço concreto pré-delimitado como região, isto é, o universo regional como pesquisa, mas um território que é uma realidade objetiva que será analisada segundo o conceito da totalidade e identificar-se-á, nele, uma região ou não"³.

Na verdade chegamos a uma conclusão metodológica semelhante através de um caminho diferente. A aceitação da totalidade como princípio básico das investigações sócio-espaciais aparece, no

1 idem, p. 99

2 idem, p. 101

3 idem, p. 100

nosso caso, como derivado do projeto maior da modernidade, e constitui, portanto, uma postura científico-política e metodológica. O compromisso com a análise da totalidade das manifestações sociais - e de suas "potencialidades", seu "possível" - tem sua origem, então, no desafio de confrontar a utopia da modernidade com a realidade social concreta.

Percebe-se que a totalidade não abrange apenas - e este é um dos principais legados da modernidade crítica - a realidade empírica concreta; ou em outras palavras, seu conceito não está apenas, como diz DUARTE, "relacionado a uma visão global da realidade social, historicamente determinada, numa relação concreta de determinações (não-causalidades), estruturada (relação entre forma e conteúdo), em transformação (mudança de estrutura) e, sobretudo, em que se privilegia a contradição e não a diferenciação no todo social"⁴. Mas compreende além da história desta realidade também seu futuro, ou seja, suas utopias.

A região, cuja identificação é resultado e não presuposto da investigação, só pode ser reconhecida dentro de um território pré-determinado como realidade social concreta; eis a posição de DUARTE, como a de CORAGGIO à qual nos referimos anteriormente. Coloca-se, então, a pergunta: o que confere a uma determinada realidade social, espacialmente delimitada, a propriedade de ser "região"? Seria a existência de uma "questão regional" (a presença de contradições ou conflitos sociais - latentes ou virulentos -, delimitados espacialmente), ou apenas de um "problema regio-

⁴ *Ibid.*, p. 101

nal" (reconhecimento, por exemplo, de certas desigualdades econômicas e/ou sociais dentro de um espaço ou entre diferentes territórios)?

DUARTE encaminha sua resposta em direção à afirmação da primeira hipótese quando presuppõe que numa sociedade ou formação social possam existir

"contradições e interesses antagônicos, não só entre as classes sociais e entre ramos da economia, como entre segmentos da classe dominante, entre classes dominantes de diferentes espaços geográficos e, por conseguinte, entre espaços"⁵;

parte, então, da hipótese de que uma particularização espacial de uma sociedade pode revelar interesse contraditórios ou conflitantes específicos no interior ou entre estes territórios delimitados.

Na opinião de DUARTE, esta possibilidade de conferir especificidade espacial às contradições dentro de uma formação social tem sua origem concreta na reprodução do capital. O capital poderia ir de encontro aos interesses da classe dominante em diferentes espaços da formação social, forçando, assim, a reação de outras classes sociais. "Constitue-se, naquele espaço, um bloco de resistência que pode ser conceituado como um bloco regional. Em outras posturas metodológicas, esta reação e este bloco têm sido analisados como regionalismo"⁶.

⁵ idem, p. 100

⁶ idem, idem; o destaque é nosso.

A respeito deste conceito, DUARTE chama a atenção de, embora esteja carregado de conotações pejorativas, ele precisaria ser repensado como prática política. O regionalismo expressa uma postura de reivindicações da sociedade e um movimento de tomada de atitudes de comunidades em determinados territórios.

Antecipando nossa reflexão sobre o regionalismo como uma prática de aproveitamento político de escalas espaciais estratégicas (vide NC 4.5.4) - o que lhe confere uma especificidade em termos de sua "espacialidade social", partiremos em nossa análise de um conceito mais amplo, abrangente e abstrato - inspirados, em certa forma, pela análise de HABERMAS a respeito do surgimento de novas formas de lutas sociais nos países industrializados: ou seja, partimos das chamadas "novas energias utópicas" como expressão da existência, nas sociedades capitalistas, de novas formas de contradições e conflitos. Da mesma maneira que a luta operária se alimentou de uma determinada utopia (fonte de sua energia) e os movimentos sociais urbanos de uma outra, levantamos a hipótese de que o regionalismo - contestador da sociedade capitalista - pode ser alimentado por novas energias utópicas que devem ser identificadas. Concluindo, poderíamos estar, neste caso, confrontados com relações sociais (e a correspondente espacialidade) que se caracterizam menos por sua existência de fato, mas pelo seu potencial, seu "possível", que faz parte igualmente da totalidade social⁷.

⁷ esta discussão será aprofundada no item 5 .

Já mencionamos (vide 4.1), certas deficiências conceituais dos modelos regionais tradicionais que se restringem, geralmente, não apenas à simples facticidade (aparências) das manifestações sócio-econômicas, mas adotam uma visão fragmentada da espacialidade social por causa de sua incapacidade de superar uma simples abordagem funcional da realidade social. Compartilhando esta avaliação, DUARTE sua superação através de um determinado tipo de

"análise da sociedade que, ao longo do tempo, se apropriou de um espaço natural inserido naquela realidade ou estrutura social (de processos sociais mais amplos e externos), passando ser seu espaço social geográfico"⁸; para investigar essa realidade social, naquele espaço, ao longo do tempo - permitindo sua identificação (ou não) como espaço regional -, "o fio condutor é considerar que a totalidade social é a inter-relação de três níveis ou instâncias da sociedade: o econômico - estrutura econômica e classes sociais; o político - as instituições, o aparelho do Estado e a sociedade civil; e o ideológico - os aparelhos ideológicos e o discurso social"⁹.

E nesta base teórica que o autor discute, posteriormente, a totalidade do espaço cacaueiro do Bahia, chegando à conclusão que este território se caracteriza como região, na qual se distinguem três níveis de estrutura social:

"A monocultura cacaueira é a determinante, em última instância, porém a ideologia é o nível dominante. Se não fosse ela, talvez os conflitos sociais internos já tivessem eclodido. O nível político permeia toda a estrutura social, permitindo considerá-la como uma formação social-regional. Como tal, ela é uma totalidade que tem contradições internas e está, também, em antagonismo com interesses da formação social-geral do País como um todo"¹⁰.

8 idem, p. 101

9 idem, idem; o autor refere-se aqui a FOSSAERT 1979

10 Duarte, A.C., op.cit., p. 105

Mesmo que, pela problematização e pelos temas e interlocutores discutidos acima, não pretendemos adotar este conceito "estruturalista" dos princípios gerais da organização social, o que queríamos mostrar era a possibilidade concreta de proceder uma análise que parte de uma visão da totalidade social.

A seguir trabalharemos esta questão nos moldes de nossos suportes teóricos e metodológicos. Ainda, será necessário refletir melhor sobre a proposta de DUARTE de considerar "regiões" como totalidades sociais em si.

4.3 FORMA, ORGANIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAIS

Está claro que, apesar da discordância com DUARTE a respeito dos princípios gerais de organização social, por ele escolhidos, a sua postura metodológica corresponde às exigências que derivamos da superposição entre modernidade e espacialidade social - ao contrário dos métodos anteriormente discutidos (vide 4.1).

Naturalmente estas duas abordagens, ou tipos de abordagens, são apenas exemplos de um quase sem número de investigações da espacialidade da ordem social¹¹. É nossa hipótese de que os demais estudos (ou métodos) se localizam entre os dois polos acima apontados: entre a pesquisa espacialidade física de fragmentos sociais de uma realidade sócio-econômica mais ou menos claramente

11 poderíamos apresentar uma longa lista de geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos, historiadores etc.; mas acreditamos que uma avaliação mais cuidadosa de suas abordagens extrapolaria o atual estudo.

delimitada e definida e a compreensão da espacialidade social através da investigação de uma determinada totalidade social.

Em síntese, parece-nos que a aproximação à compreensão da espacialidade por parte dos diferentes estudos é gradual (no sentido de uma compreensão de menor ou maior grau), mas passa por um salto de qualidade quando se introduz a lógica social como elemento norteador da análise. Ou seja, apesar das nossas exigências rígidas não precisamos descartar todas aquelas investigações que, na verdade (e as vezes apesar de suas pretensões), apenas discutem certas relações sociais a respeito de determinadas espacialidades físicas - o mencionado salto inverte esta visão.

E novamente CORAGGIO que nos mostrará as possibilidades de se relacionar diferentes tipos de abordagens espaciais (ou territoriais); estabelece e percorre três patamares que denomina de "Configuração Espacial" (ou "Territorial"¹²), de "Organização Espacial" e de "Forma Espacial".

Por CONFIGURAÇÃO ESPACIAL o autor entende o seguinte:

"a distribuição particular de um conjunto de objetos físicos, projetada sobre uma certa superfície contínua e homogênea (geralmente plana e esférica) ou com respeito a uma dada rede de nós e arcos. Caso os objetos não estejam localizados de maneira fixa em relação à superfície ou rede de referência, o conceito de configuração estende-se aos caminhos descritos por seu movimento"¹³.

¹² significando o uso deste término uma referência geográfica, a uma superfície terrestre com todas suas atribuições como qualidade de solo, topografia, vida vegetal e animal etc.

¹³ CORAGGIO 1998, p. 23

Neste nível, a investigação territorial restringe-se, portanto, ao conjunto de objetos e movimentos numa superfície concreta ("territorial") ou sua projeção numa abstrata ("espacial") sem considerar a origem ou o significado (sentido) da configuração. Esta pode ser resultado de planos que visaram a otimização de uma determinada variável objetiva ou simplesmente obra do acaso ("resultado do azar")¹⁴.

O passo para o seguinte nível da ORGANIZAÇÃO ESPACIAL depende da identificação de processos sociais que reforçam e conservam uma determinada configuração ou a sustentam através de atos voluntários em função de certos objetivos conscientes; obviamente a realização deste passo nem sempre será possível - em analogia ao que dissemos antes, nem todos os conjuntos de objetos devem sua distribuição no espaço à lógica social.

Semelhante a nossa discussão da "totalidade social", CORAGGIO estabelece certas condições para estes processos sociais:

"Por PROCESSO ... [estamos denotando] ... uma sequência que constitui um ciclo recorrente, ou, em outras palavras, uma sequência tal que sua fase final reproduza as condições qualitativas da primeira fase e que haja uma conexão necessária entre as fases consecutivas de cada ciclo. Processo implica, então, repetição, autoregulação, permanência de condições para um movimento em ciclo e, portanto, estrutura e possibilidade de reprodução (ao menos enquanto perdure o processo) da dada estrutura"¹⁵.

¹⁴ vide *idem*, p. 34

¹⁵ *idem*, p. 35; sem analisar criticamente esta visão de CORAGGIO do termo processo, acreditamos que nossa abordagem da totalidade oferece a vantagem que, também, não discutiremos neste momento.

Em outras palavras, a busca da lógica social em relação a uma certa espacialidade física, que discutimos anteriormente, significa a tentativa de identificar uma certa organização espacial; se as condições não estivessem satisfeitas, poderíamos apenas observar o processo de gênese de determinadas configurações, sem ter elementos para sua relativa estabilidade (na formulação de CORAGGIO; para nós a questão seria a inserção numa totalidade). Mas, CORAGGIO adverte de que

"uma sequência 'histórica' de eventos (quer dizer, uma sequência real) não constitui uma explicação científica, tanto não pode decifrar os determinismos que legalmente conectam tais eventos ..."¹⁶,

que apenas permite a descrição da aparência de fenômenos sociais no território. Usando o exemplo da crescente aglomeração da população e atividades em grandes cidades, o autor demonstra o perigo de, através de uma simples extrapolação de um "trend", cair em pseudo-explicações fisicalistas dos fenômenos observados.

Sintetizando: o termo "configuração" faz referência a qualquer distribuição, seja esta casual ou legal (provocada por leis), regular ou irregular etc., de objetos ou movimentos no espaço; já o termo "organização" só pode ser empregado caso haja um processo social ao qual a configuração esteja associada¹⁷.

No último patamar da análise espacial encontramos as FORMAS ESPACIAIS:

¹⁶ idem, p. 37

¹⁷ vide idem, idem

"Propomos reservar o termo FORMA ESPACIAL para aquelas distribuições que tenham

- a) uma lógica decifrável a partir de algum processo real; e
- b) uma regularidade identificável e recorrência na distribuição"¹⁸.

Ou seja, recordando os outros dois níveis, um processo social pode gerar uma configuração (no caso já seria uma organização espacial) sem ser uma forma quando a configuração não apresenta uma regularidade identificável.

Vejamos, então, como inserir a abordagem de DUARTE (vide 4.2) nesta concepção. Fica claro na sua análise que ele concebe a "região" exatamente como forma espacial; este autor condena aquelas investigações "regionais" da Geografia Regional que partem implícita ou explicitamente da existência de um determinado território e a ele atribuem certas especificidades em relação ao seu entorno. Como se fosse uma CONFIGURAÇÃO que é FORMA, sem ser ORGANIZAÇÃO na terminologia de CORAGGIO.

Consequentemente, DUARTE vai à procura da totalidade social de um território já delimitado e pode ou não identificá-lo como forma espacial (região). Está preso ainda, portanto, ao pensamento geográfico que procura a "sociabilidade" do espaço e não a espacialidade da ordem social o que, aliás, restringe as análises desnecessariamente. Em nossa opinião, nada nos obriga a estudar apenas formas espaciais ("regiões"), como demonstramos no próximo item 5.

¹⁸ idem, idem

Mas, voltando às reflexões metodológicas de CORAGGIO, este autor ressalta que o estudo destas formas pode ser realizado de muitas maneiras; aponta as duas principais como:

- "uma seria partindo de configurações territoriais que têm sido detectadas empiricamente como características ou repetitivas, prosseguindo, por um lado, ao projetá-las num espaço geométrico adequado e, por outro, (complementarmente) a rastrear sua lógica em relação a processos reais de cujos suportes nos aparecem como forma";
- "outra aproximação possível é a de deduzir, a partir de um corpo de teoria social geral, certas características e inclusive formas espaciais de determinados fenômenos e processos sociais."¹⁹

Pergunta-se CORAGGIO, a seguir, sobre a existência de relações determinísticas entre processos sociais e formas espaciais, chegando à resposta de que a falta de uma relação unívoca entre categorias sociais e naturais comprova, mais uma vez, o caráter histórico do social.²⁰

Não é este o lugar adequado para aprofundar um debate que está por detrás destas questões: a relação entre sociedade e natureza! De qualquer forma podemos concluir, que a identificação das relações entre, por um lado, estruturas, processos e relações sociais e, por outro, de formas territoriais exigiria o esclarecimento de uma trama complexa e articulada de determinismos de diversas ordens; devemos encontrar, na prática, as formas particulares que esta articulação assume em cada situação.²¹

¹⁹ idem, pp. 36 s.

²⁰ vide idem, p. 37

²¹ vide idem p. 40

O que importa, por enquanto, para nossa pesquisa, foi o confronto com as diversas abordagens a respeito da análise "espacial/regional" e, particularmente, a introdução dos diferentes patamares de investigação conforme a distinção entre "configuração", "organização" e "forma espacial". São estes os conceitos que vão estruturar a discussão sobre a "espacialidade" da modernização brasileira no item seguinte (item 5).

5 REGIONALIZAÇÃO E REGIONALISMO COMO FORMAS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA MODERNIZAÇÃO

Após ter percorrido um "caminho metodológico" relativamente cumprido desde a questão da espacialidade social, da modernidade e de diferentes abordagens de investigação espacial, podemos, agora, retornar ao ponto de partida e procurar uma nova (segunda) re-definição da nossa problematização.

Lembremo-nos que já em parte anterior situamos o problema da industrialização no contexto da modernização para poder compreender a lógica social maior na qual se inscreve tanto a dinâmica da industrialização, qualitativamente expressa por certas modificações das formas de produção¹, quanto a consequente transformação da estrutura ocupacional nas áreas fora do espaço metropolitano que já foram objeto de investigações anteriores (vide 1.1).

¹ vide RANDOLPH 1985, especialmente Capítulo 3

5.1 A LÓGICA DA MODERNIZAÇÃO E A DIFERENCIAÇÃO DAS ESPACIALIDADES SOCIAIS

Percebemos que, diferente de outras abordagens, que identificam "a modernização" com processos sócio-econômicos concretos e geralmente setoriais - modernização agrícola, industrial, administrativa etc., etc. -, no nosso estudo a modernização capitalista tem um outro "status" epistemológico: em vez de considerá-la como processo concreto de transformação social, ela representa um nível de lógica social (em forma de um ou mais projetos político-ideológicos) que se materializa, espacialmente, em diferentes organizações e formas territoriais através de processos sociais concretos.

Recordamos, ainda, que podemos dentro desta lógica social distinguir, com maior ou menor nitidez, que é historicamente determinada, duas formas diferentes que se caracterizam por racionalidades subjacentes diversas; ou seja, simplificando² as relações que explicitamos acima (vide item 3), processos sociais em sociedades capitalistas podem ter como - ou estar submetidos a - lógica dominante (não exclusiva, é claro) ou (d)a modernização instrumental ou (d)a modernização comunicativa.

Neste sentido, devido às reflexões anteriores sobre a espacialidade de ordem social, esperamos encontrar concretamente processos sociais cuja espacialidade esteja orientada pela primeira

² simplificando, porque na verdade os processos sociais concretos não estão "subordinados" por inteiro a nenhum destes dois tipos de racionalidade, mas regidos por uma lógica de sua "justaposição" conflituosa; entretanto, conforme discutimos a respeito da modernização, faz parte da própria lógica do desenvolvimento capitalista a separação das esferas regidas pelas duas racionalidades; justifica-se, assim, esta diferenciação como não exclusivamente analítica.

e outros processos sociais com uma espacialidade relacionada a outra lógica social³.

Portanto, seguindo aquele "dualismo dialético" da modernização, podemos pensar em uma distinção entre uma espacialidade de ordem instrumental e a construção social de espaços "comunicativos"; isto é, uma espacialidade social sob o domínio preponderante da racionalidade comunicativa⁴. Tendencialmente encontramos neste dois processos os mesmos agentes sociais envolvidos nas duas formas de modernização.

Observamos, pois, primeiro aquelas CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS relacionadas a processos sociais submetidos, predominantemente à racionalidade instrumental da modernização. Uma tal configuração será considerada ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL se, dentro da lógica social mencionada, os processos sociais constituem uma certa "totalidade social"; CORAGGIO exigia, no mesmo sentido, que os processos criassem as condições para a reprodução de uma estrutura dada.

Neste caso denominamos uma organização territorial de REGIONALIZAÇÃO de determinado conjunto de processos sociais⁵.

Para os processos sociais, em primeiro lugar submetidos à lógica da racionalidade comunicativa podemos empregar o mesmo ra-

3 vale aqui o que nos mencionamos na nota de rodapé anterior: estamos trabalhando com uma simplificação que consideramos útil por razões pragmáticas; é óbvio que a mencionada relação conflituosa pode atravessar o mesmo processo social.

4 por exemplo falou MARX da "aniquilação do espaço pelo tempo" como estratégia do capital, e CERTEAU 1985 sugere na sua discussão das estratégias de sobrevivência da população algo como a "aniquilação do tempo pelo espaço".

5 o conceito dos circuitos produtivos regionais defende a mesma idéia; vide, acima 1.1

ciocínio: se à respectiva configuração territorial corresponde um conjunto articulado de relações sociais do mundo vital, chamaremos a organização territorial resultante de REGIONALISMO.

A possibilidade de diferenciar Regionalização e Regionalismo depende, portanto, da separação concreta, historicamente produzida em determinada sociedade (capitalista), entre as duas esferas do quadro institucional e dos sistemas econômicos e administrativos, em termos da teoria crítica da sociedade de HABERMAS. De qualquer forma, segundo este autor, não devemos encará-la como fixa, absoluta ou imóvel, atribuindo autonomia às duas organizações territoriais; mas como duas pontas de uma relação ambigua, historicamente móvel e mais ou menos estreita e direta.

Pois, a introdução do conceito de modernização visava exatamente a tentativa de resgatar a totalidade social no meio de um aparente processo de fragmentação.

Na bibliografia sobre estes dois termos encontramos uma diferenciação que corresponde, em boa medida, ao corte por nos introduzido.

De "regionalizações" - ou seja da discussão de configurações⁶ territoriais que correspondem à atuação e interesse dos sistemas econômicos e administrativos - os livros científicos da Economia Urbana e Regional estão repletos (vide a apresentação de métodos de análise regional em 4.1). Observa-se, por exemplo a

6 apenas as "formulações avançadas", como diz BREITBACH 1988, pp. 63 ss. a respeito de conceitos de região, de teóricos críticos como LIPIETZ, ROFKAN, o próprio CORAGGIO e outros conseguem superar este nível das configurações.

respeito da dinâmica da economia capitalista nas teorias (modelos) neo-classicas e marginalistas, o esforço de legitimar a distribuição espacial das atividades econômicas como algo "lógico", racional ou natural.

Quase como extensão desta bibliografia dentro do mesmo espírito instrumentalista, há também uma preocupação com a atuação do próprio Estado que se propõe a contribuir à racionalização de produção e consumo, isto é dar suporte, mais ou menos veladamente, à acumulação do capital⁷. Ou, por outro lado, vale-se de regionalizações administrativas (igualmente instrumentais) como meio de gestão (controle) de determinados processos sociais.

A discussão sobre "regionalismos" é, de certa forma, mais ambivalente; contempla tanto configurações ou organizações territoriais relacionadas à lógica da instrumentalização de camadas populares por parte do capital - mesmo quando apela a valores como solidariedade etc., que tipicamente não pertencem ao ideário instrumentalista; como, por outro lado, aqueles que seguem uma lógica nitidamente comunicativa como os movimentos sociais emancipatórios etc.

Concluindo, cabe destacar que NAO identificamos Regionalização e nem Regionalismo com FORMAS TERRITORIAIS de processos sociais; portanto, ainda NAO falamos de REGIAO.

Seguindo a argumentação de CORAGGIO (e aí revela-se a proximidade com DUARTE), estas formas consideramos construídas por uma

⁷ interessante aqui a discussão de CASTELL 1979, pp. 109 ss., sobre o papel do Estado como contratendência à queda da taxa de lucro do capital.

multiplicidade de processos de diferentes ordens (sociais e territoriais) que não são passíveis de serem generalizadas⁸; ou seja, aceita a hipótese de CORAGGIO de que não existem leis ou relações de determinação entre processos sociais e formas espaciais, a identificação destas últimas exige um procedimento caso a caso (em determinado contexto histórico-espacial).

A partir destas considerações podemos, enfim, aprofundar algumas idéias das nossas pesquisas anteriores e de sua continuação em novos moldes sem ter no momento, ainda, o objetivo de articulá-las num corpo conceitual único. Neste sentido, retomaremos a distinção territorial das nossas investigações entre espaços (territórios) metropolitanas e interioranas buscando avaliar sua legitimidade e natureza (5.2); apresentaremos, em relação à questão da regionalização, alguns apontamentos a respeito da estratégia locacional (territorial) do capital no Sudeste brasileiro (5.3) e de novas formas de gestão territorial do poder público no Brasil do Pós-Constituinte (5.4); para, finalmente, relacionar o regionalismo, entendido dentro da lógica da modernização comunicativa, a uma determinada postura política e ideológica na Europa (5.5).

⁸ Será que é por causa disso que os cientistas regionais tem tanta dificuldade de lidar com este conceito? Vide a velha discussão sobre a existência ou não de "regiões"!

5.2 METROPOLE E INTERIOR: APARENCIAS DE LÓGICAS DIFERENTES DA MODERNIZAÇÃO?

O recorte territorial básico das nossas pesquisas entre o espaço metropolitano e interioriano requer uma avaliação à luz da posição metodológica elaborada no presente trabalho; precisamos ter clareza em que nível da espacialidade social se localizam as nossas investigações (configuração, organização ou forma espacial).

Observamos, para tanto, primeiro as razões que nos levaram a limitar o âmbito territorial de nossos estudos ao INTERIOR dos quatro estados integrantes da macro-região Sudeste.

Inicialmente, como explicitamos em outro lugar (1.1), nosso interesse esteve voltado para a política de desconcentração industrial da década de 70. Partindo da percepção do padrão concentrado da industrialização brasileira em poucas áreas metropolitanas e dos diversos problemas que começou a criar para o poder público, foram idealizados programas específicos de redistribuição do crescimento econômica e de contenção de migrações populacionais. Um dos mais conhecidos foi, talvez, o Programa Especial de Cidades de Porte Médio do governo federal que contou ainda com o apoio do Banco Mundial⁹. Uma outra iniciativa que encontrou um respaldo relativamente grande por parte dos governos estaduais foi a implantação de Distritos Industriais em cidades não metropolitanas como meio de canalizar os investimentos privados para estes lugares.

⁹ vide PIQUET/RANDOLPH 1982

Por outro lado, já tinham sido criadas as Regiões Metropolitanas que visavam superar os constrangimentos, nestas áreas, oriundos de uma gestão pública fragmentada (municípios) em espaços contiguamente urbanizados.

Adotamos, pois, uma diferenciação baseada nas intenções governamentais de contribuir para um melhor gerenciamento da distribuição de atividades econômicas e, ao mesmo tempo, de populações.

Em segundo lugar, além deste discurso governamental, encontramos no meio social, mas também em investigações científicas, uma visão um tanto difusa a respeito da mencionada distinção entre os dois espaços, na medida em que se atribui a um um caráter "moderno" e ao outro uma característica de "atrasado".

- Os centros do moderno e de sua irradiação, para usar imagens da teoria da modernização, são as grandes metrópoles nacionais, isto é, Rio de Janeiro e São Paulo, cada uma com características específicas; são os "espaços síntese da modernidade"¹⁰.

- O "interior", em contraste, parece conservando o não-moderno - o tradicional -, precisa ser "modernizado" para usufruir das conquistas modernas. Além de ser folclórica, culturalista e tendenciosa/ideológica, esta visão não incorporará nem o "avanco" que o próprio neo-conservadorismo realiza na sua discussão "crítica" sobre a modernidade (deve ser isto que

¹⁰ vide GOMES/COSTA 1988: "O espaço da modernidade"; in: Terra Livre 5, especialmente pp. 56ss.

BUARQUE chama de moderno "arcaico"). Ou, se reformularmos esta visão nos termos dos teóricos da polarização (CHRISTALLER, FERROUX), as transformações sócio-econômicas no "interior" são induzidas e dependentes daquelas que ocorrem nos centros principais (lugares centrais ou indústrias motrizes) de uma região ou país.

Neste confronto entre metrópole e interior, o moderno - ou a modernização - aparecem como algo atribuído ao próprio espaço ou território, a um espaço reificado, característica da visão positivista do senso comum.

Para superar esta reificação do "moderno/atrasado" reportar-nos-emos às relações sociais que dão aos territórios sua especificidade. A partir daí será possível atribuir um determinado "tipo" de espacialidade aos dois territórios concretos: considerá-los enquanto configuração ou organização espacial.

Como não chegamos a estudar este aspecto, podemos apenas levantar algumas hipóteses a respeito de diferentes formas de regionalização ou regionalismo.

A ação do Estado, ou pelo menos seu discurso, contempla de modo diferenciado os dois territórios em questão; isto discutimos há pouco tempo. A diferenciação de sua intervenção poderíamos, então, entender como regionalização (de ordem instrumental) e, portanto, atribuir ao INTERIOR, em relação a este aspecto, o caráter de uma ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL. Mas apenas, se tivéssemos certeza de que, na essência, as duas ações não servissem ao mesmo

objetivo: a descompressão das metrópoles¹¹. Temos a suspeita que sua verdadeira finalidade era mesmo esta¹²; chegamos, portanto, à conclusão de que a diferenciação entre os dois territórios não pode ser considerada como de ordem da organização espacial.

A respeito da referida intervenção do governo federal, Metrópole e Interior aparecem apenas enquanto duas CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS.

Em relação à diferenciação territorial da ação do capital o problema parece mais complexo ainda - existiam, certamente movimentos distintos em diferentes direções que tornam difícil de responder globalmente sobre o "status", para o capital, dos referidos territórios. Seria necessário investigar a "base territorial" da acumulação para poder decidir se o Interior pode ser considerado ORGANIZAÇÃO ESPACIAL. Tendo em vista que isto ainda há de ser feito, consideramos o Interior no momento como certa CONFIGURAÇÃO ESPACIAL de um determinado conjunto de objetos e movimentos (vide no próximo item 5.3).

Ainda há a possibilidade de observarmos esta dicotomia entre metrópole e interior também a respeito de processos sociais de "regionalismos" na forma de novas lutas sociais.

Porém, parece que ocorrem predominantemente nas grandes aglomerações urbanas. Estas mobilizações populares heterogêneas li-

11 em outras palavras, conforme introduzimos em consonância com CORAGGIO, não há uma diferenciação social se não tiver processos diferenciados ou objetivos distintos; então, se a política de desconcentração tivesse tido um objetivo relativamente independente em relação ao desenvolvimento do interior, só assim ela representaria uma regionalização.

12 vide PIQUET/RANDOLPH 1982

gadas à qualidade de vida cotidiana, sem conotação classista imediata, parecem indicar o aparecimento - após o "adeus ao proletariado" (GORZ), pelo menos nos países centrais - de atores sociais portadores de novas energias utópicas. Estes movimentos sociais urbanos já mereciam uma ampla reflexão dentro e fora da academia. Sua presença levou até a sugestão de que se deve "repensar o lugar dos problemas urbanos e procurar neles a projeção dos conflitos de classe"¹³, implicando no nascimento de novos atores políticos.

Ao contrário da conotação progressista ("moderna") atribuída a estes movimentos metropolitanos, mobilizações semelhantes sob bases regionais não metropolitanas ("interiorianas") são qualificadas, muitas vezes e com razão, enquanto conservadoras pelo fato de as reivindicações neste nível espacial serem conduzidas por grupos hegemônicos que contam com uma certa adesão de camadas populares dominadas¹⁴ - e aí assemelha-se a uma estratégia de regionalização (instrumentalizante) pelas forças dominantes.

Entretanto, acreditamos ser precipitada a generalização da observação¹⁵ desta diferenciação entre metrópole e regiões do interior; o regionalismo como proposta política emancipadora não tem porque estar circunscrito apenas em determinados territórios de uma nação; não pode ser analisado (e avaliado) apenas dentro de um contexto empírico particular (vide depois 5.5).

13 CARDOSO 1983, p. 217

14 vide p. ex. CANACHO 1987

15 vide SILVEIRA 1987

Em síntese, a diferenciação entre METRÓPOLE e INTERIOR é, para nossas pesquisas de utilidade limitada: nas suas primeiras fases a introduzimos por precisar identificar ainda determinadas CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS da atuação do Estado e do Capital; na medida que avançamos ao questionamento da espacialidade da modernização, precisamos tentar alcançar o reconhecimento da ORGANIZAÇÃO ESPACIAL dos respectivos processos sociais.

5.3 ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DO CAPITAL: A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUDESTE BRASILEIRO. - UMA REFERÊNCIA EMPÍRICA

Nossos estudos baseavam-se na hipótese de que a dinâmica da industrialização, qualitativamente expressa por certas modificações das formas de produção e a consequente transformação da estrutura ocupacional nas áreas fora do espaço metropolitano, estivessem determinadas por dois agentes sociais principais: o Estado e o Capital, em particular o metropolitano.

Com respeito a reorganização da divisão territorial do trabalho, atribuímos a estes dois "polos modernizadores" da economia brasileira um papel fundamental na alteração da distribuição espacial das atividades econômicas, perseguindo a necessidade de incrementar a racionalidade e eficiência econômica da produção a nível nacional. Em outras palavras, consideramos nestas pesquisas a MODERNIZAÇÃO INSTRUMENTAL como lógica que determina as transformações (processos) sociais em pauta.

Como patamar espacial do estudo determinamos, pelas razões que apontamos brevemente no item anterior (5.2), a descrição da CONFIGURAÇÃO ESPACIAL de certos fenômenos que, conforme pressupomos, relatam melhor o processo da modernização industrial¹⁶; a modificação da composição setorial tanto da força de trabalho disponível no mercado de trabalho e quanto da oferta de emprego nas empresas industriais em 113 municípios consideradas de porte médio¹⁷ entre 1970 e 1980 segundo dados estatísticos dos Censos Demográfico e Industrial do IBGE.

Sem entrar em detalhes a respeito da adequação destes indicadores¹⁸ ao nosso objeto (modernização industrial), das dificuldades de sua operacionalização (conceitos operacionais) e dos critérios de sua classificação e agrupamento¹⁹, apresentaremos aqui quatro configurações espaciais sob os seguintes aspectos:

a) ESPECIALIZAÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) NOS MUNICÍPIOS EM 1980

Empregamos uma diferenciação entre Centros Agrícolas (CA), Centros Industriais (CI), Centros de Comércio e Serviços (CCS) e Centros Mistos (CM)²⁰. Em relação a este aspecto a configuração

16 quando falamos de uma forma setorial da modernização, o fazemos no mesmo sentido como os demais autores acima apontados.

17 que são aqueles com mais do que 50.000 habitantes em 1980, conforme o Censo Demográfico, incluindo da população urbana e rural.

18 vide, como exemplo, a discussão metodológica em RANDOLPH 1979

19 vide para isto os esclarecimentos em RANDOLPH 1985 e RANDOLPH 1986

20 vide *idem*, pp. 9 e 12.

espacial da PEA não apresenta nenhuma surpresa, como observamos no MAPA I na página seguinte.

"Em princípio, cada Região Metropolitana aparece como 'polo' de uma área industrial, estendendo-se esta também no eixo Rio - São Paulo. O triângulo entre as três metrópoles conforme uma área com uma oferta relativamente elevada de mão-de-obra industrial. No norte e no sul e em duas zonas no interior de Minas e São Paulo (aqui bem menor) observamos a existência de áreas agrícolas. No restante do território só encontram-se os CCS's.

O que parece surpreendente, até certo ponto, é a extensão da área industrial em direção ao interior de São Paulo, ultrapassando Campinas e quase chegando a Ribeirão Preto".²¹

b) DINAMICA DA DISPONIBILIDADE DE TRABALHADORES NO SETOR SECUNDARIO

Abordamos, aqui, vide MAPA II, uma das duas faces da questão do emprego de uma forma que permite utilizar os dados censitários do IBGE para sua medição. O MAPA anterior pode relativizar a dinâmica identificada levando em conta o número absoluto dos trabalhadores no mercado de trabalho.

"Assim, quando observamos, no MAPA II, as áreas de alto crescimento ... é necessário recordar que este resultado - vide MAPA I - permite-nos derivar pontos de partida bastante distintos para as duas principais áreas de expansão: os municípios pertencentes à primeira área ao redor de Belo Horizonte e ao Vale do Aço já apresentaram, certamente, um grau de desenvolvimento industrial maior, em 1970, expresso no seu caráter de Centros Industriais e

21 - idem, pp. 12 s.

MAPA I

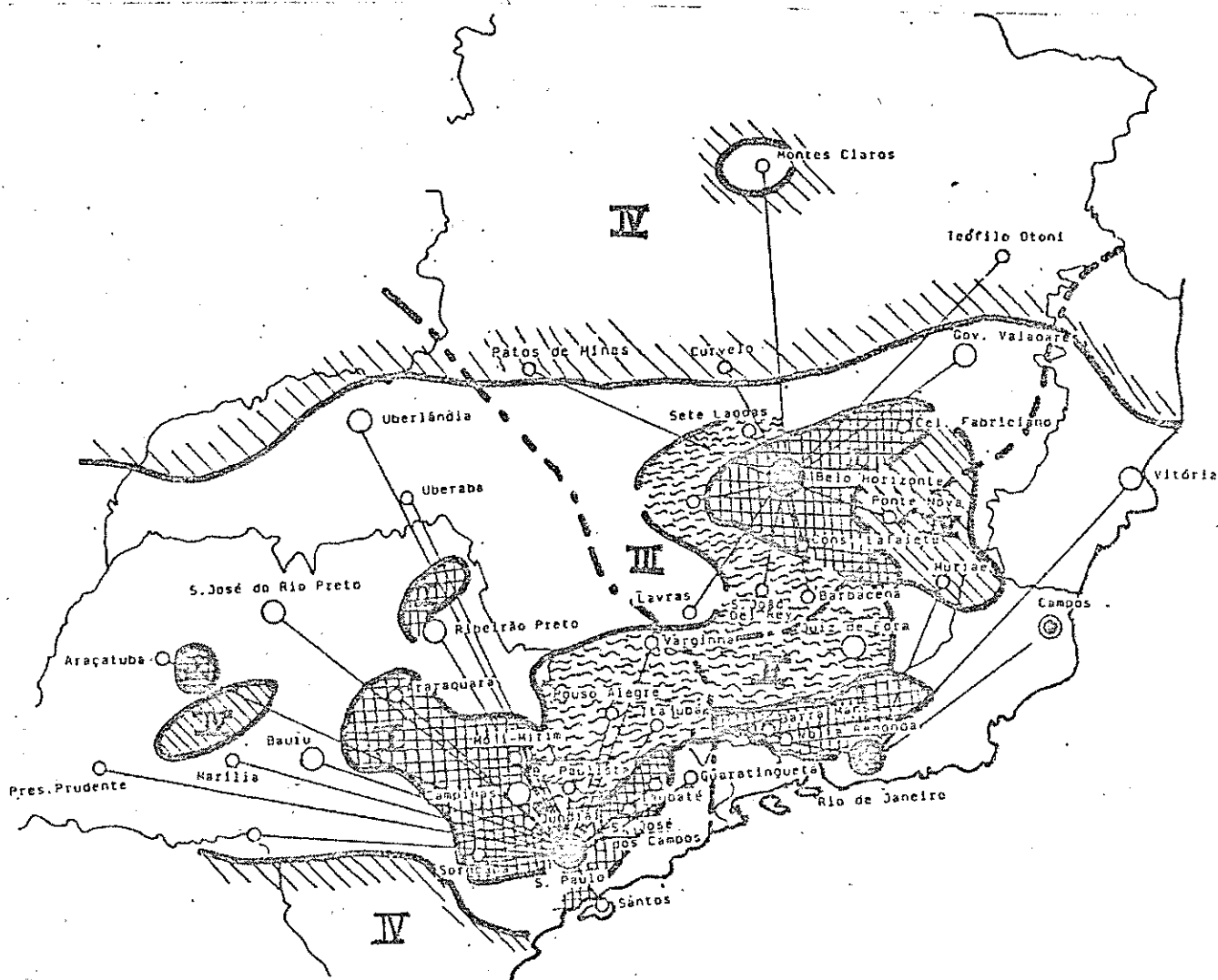
Tipos de Municípios e Hierarquia Urbana

Áreas com tipos de Municípios

Hierarquia Urbana

- | | | |
|---|--|---|
|  | Centros Agrícolas |  |
|  | Centros de Comércio e Serviços |  |
|  | Centros Mistos |  |
|  | Centros Industriais |  |
|  | Delimitação de Áreas | |
|  | Delimitação das Regiões Funcionais Urbanas | |

-  Metrópole Nacional e Regional
-  Centro Regional (nível 2a)
-  Outros Centros Urbanos
(níveis 2b, 3a, 3b)
-  Campos (nível 2b)



Fontes

Censo Demográfico de 1980 (IBGE)

IBGE. Regiões Funcionais Urbanas.

Rio de Janeiro 1972

MAPA II

Crescimento da Oferta de Mão de Obra no Setor Secundário (1970/80)

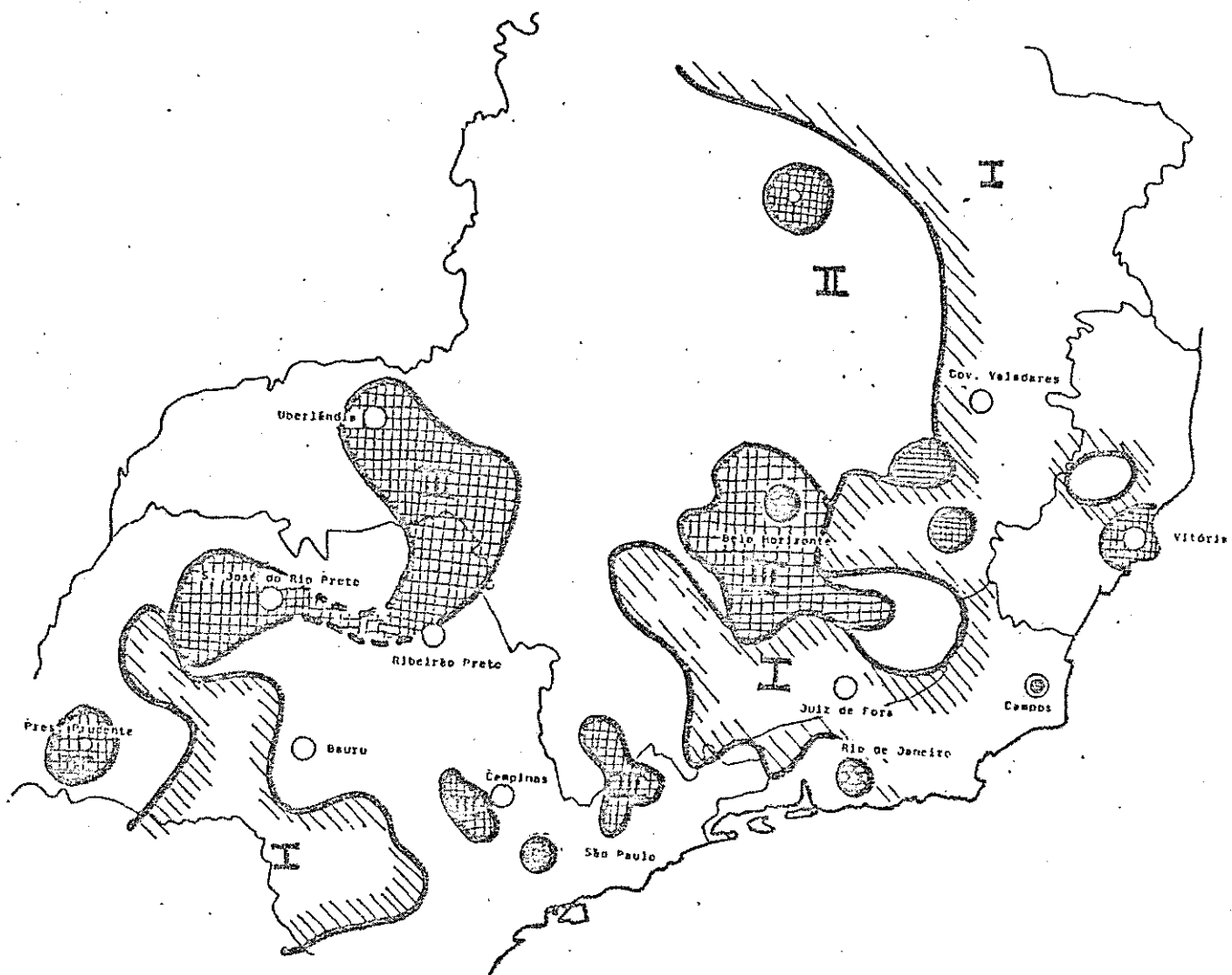
Áreas de Crescimento da PEA-Secundária (entre 1970 e 1980)

I < 100%

II entre 100 e 160%

III > 160%

 Delimitação de Áreas



Fontes

Censos Demográfico de 1970 e 1980 (IBGE)

Mistos. Em contrapartida, os municípios da área de Votuporanga - Ribeirão Preto - Uberlândia, mesmo com alto grau de crescimento, apresentam-se como Centros de Comércio e Serviços.

Não sabemos, também, se estes índices de crescimento sinalizam realmente prosperidade nestas áreas, ... De qualquer forma podemos supor que o aumento da PEA secundária tem razões qualitativamente distintas nestas duas áreas"¹.

Observamos neste caso nitidamente a diferença entre Configuração e Organização Territorial: conforme o formato da nossa investigação identificamos um certo padrão (configuração) semelhante em dois territórios que, no entanto, pode estar relacionado a processos sociais distintos (organização); por um lado ao processo de modernização da agricultura, à criação de um excedente re-investido nesta área e ao crescimento da agro-indústria (Noroeste Paulista/Triângulo Mineiro) ou a efeitos de difusão do crescimento industrial metropolitano e ao movimento setorial ligado a mineração e metalurgia (Belo Horizonte e Vale do Aço).

Ainda percebemos uns "enclaves" de crescimentos que certamente seguem lógicas próprias como, por exemplo, Montes Claros por causa da intervenção do governo federal através do Programa de Cidades Médias (CFM-CNDU/MINTER-BIRD).

Ao voltar a atenção às áreas de baixo crescimento, encontramos aquelas mais afastadas dos centros metropolitanos no norte e sul, mas também uma "periferia central" (Juiz de Fora e parte do

¹ Idem, p. 16

estado do Rio) cuja "decadência relativa" tem, sem dúvida, outras razões do que a falta de dinamismo das áreas mais afastadas.

c) DINAMICA DA DEMANDA POR TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

No MAPA III (vide p. 77) apresentamos as taxas de crescimento do emprego na indústria de transformação entre 1970 e 1980. Apesar da diferença entre os conceitos censitários entre os Censos Industrial, que informa sobre o pessoal ocupado da indústria, e o Demográfico (PEA), cujo significado não pretendemos aprofundar no momento, a configuração territorial do crescimento da demanda corresponde, tendencialmente, aquela da oferta (vide MAPA II), apesar das áreas de alto incremento da demanda serem mais fracionadas.

d) TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS DO EMPREGO INDUSTRIAL

Para esmiuçar este último resultado a respeito da demanda, introduzimos a distinção da vinculação do trabalhador a três grandes setores: ao setor moderno, intermediário e tradicional².

Podemos, portanto, observar a configuração territorial de três diferentes aspectos enquanto:

- configuração setorial caracterizada pela dominância de um dos gêneros nos três grandes setores;

² sem entrar numa análise crítica a este respeito, vide para isto RANDOLPH 1985, utilizamos a seguinte diferenciação: 1. moderno: metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, de transporte e química, basicamente; 2. intermediário: têxtil, vestuário e calçados; 3. tradicional: madeira, mobiliário, produtos alimentícios, bebidas; vide RANDOLPH 1985, p. 6

- configuração do crescimento do emprego com respeito às taxas de seu aumento no gênero dominante;
- configuração da transformação estrutural constituída por municípios que apresentam certos padrões de alteração da dominância setorial e dos gêneros industriais.

A superposição destes aspectos produz, como mostra MAPA IV, uma trama bastante complexa tanto em termos das ocorridas modificações econômicas como de sua configuração espacial. Não precisamos, no atual contexto, rever a interpretação deste mapa que já realizamos em outro lugar³.

O que importa é perceber que o aumento do nível de detalhamento dos processos sócio-econômicos (e as resultantes configurações espaciais cada vez mais complexas) incrementam o nosso conhecimento, mas nos fornecem apenas um pano de fundo mais detalhado para buscar a organização espacial que informa sobre as razões que estão por detrás daquela configuração. Aumenta sem dúvida, assim, o desafio de compreender ou explicar a configuração através da identificação daquilo que chamamos de lógica social da qual os processos são a materialização.

Mas, investigar apenas o INTERIOR, isolado da metrópole, pode não ser apropriado à identificação de organizações territoriais, caso a regionalização da modernização industrial esteja abrangendo um território maior. Há, como mostra nossa própria pesquisa a nível das configurações espaciais - vide os MAPAS -

³ vide *idem*, pp. 21 ss.

MAPA III

Crescimento da Demanda por Trabalhadores na Indústria (1970 a 1980)

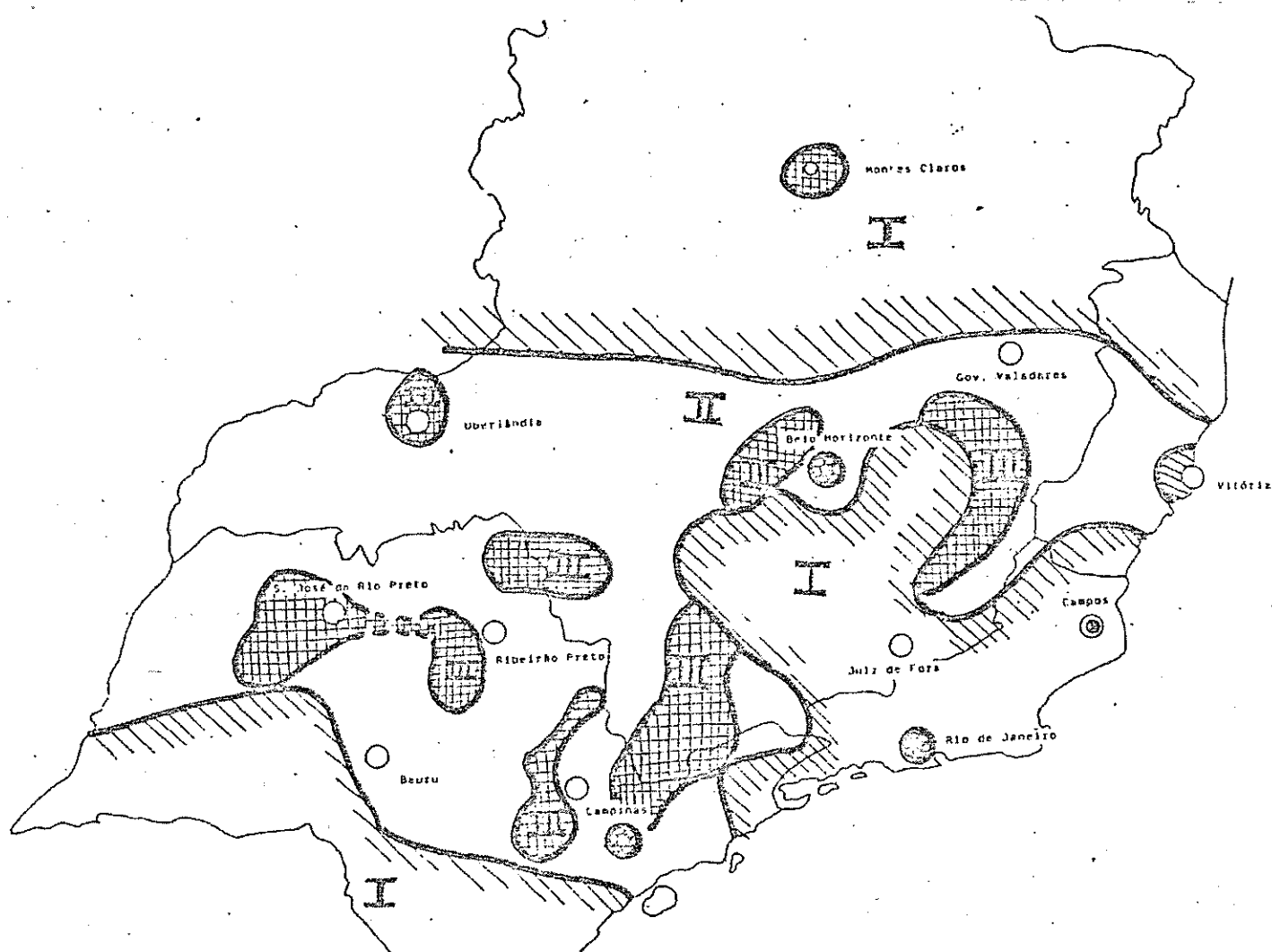
Áreas de Crescimento do PO-Industrial entre 1970 e 1980

I < 100%

II entre 100% e 150%

III > 150%

Delimitação de Áreas



Fontes.

Censos Industriais de 1970 e 1980 (IBGE)

MAPA IV

Crescimento do PQ-Industrial no Gênero Industrial Dominante (1970/80)

- 1) Setor Dominante 2) Crescimento do Gênero Dominante

- | | | |
|-----|---------------|--|
| I | Tradicional | ☐ <50% |
| II | Intermediário | ☒ 50 a 200% |
| III | Moderno | ☐ >200% |

- ### 3) Transformações Setoriais (entre 1970 e 1980)

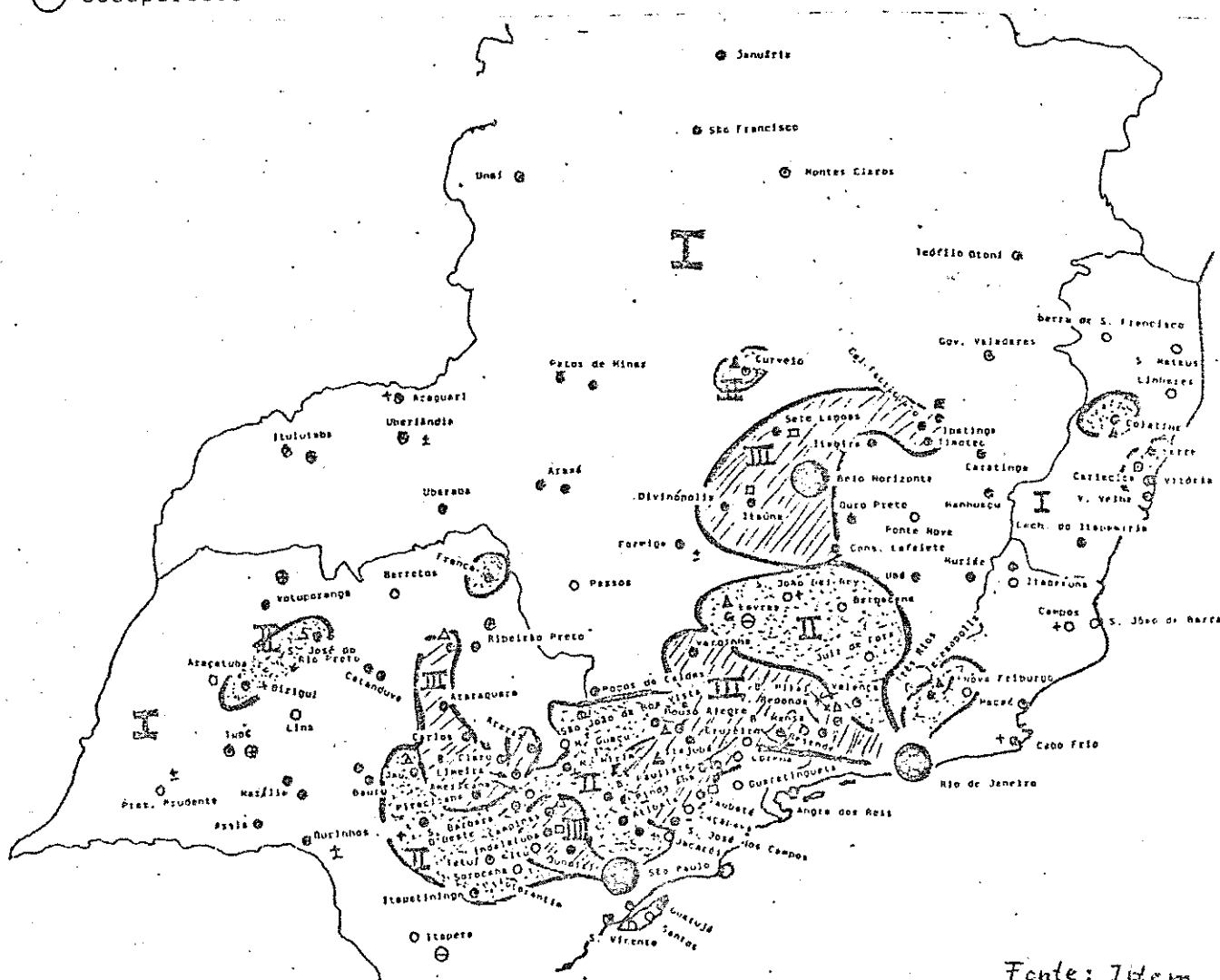
- a) Mudança do Setor Dominante
Tradicional—Intermediário/Moderno ☒ ☒
Intermediário—Moderno ☐ (☒ Interno)

- b) Entre os Três Gêneros principais
com respeito ao Setor
dominante

- + S. Dom já existia em 1970

- ⊕ apareceu entre 70/80

- ⊖ desappareceu



Fonte: *Ibidem*

boas razões para acreditar que a espacialidade da modernização não se pode restringir à mencionada delimitação.

Talvez tenha sido o desafio de remar contra a maré dos estudos metropolitanos que nos incentivou a insistir nesta abordagem; e, ainda, apesar de todas as indicações ao contrário, não pretendemos abrir mão dela; sem, naturalmente, ignorar os resultados das nossas pesquisas.

O que queremos dizer com isto? Reconhecemos que precisamos modificar a natureza da nossa abordagem para poder alcançar o nível das organizações espaciais (e quem sabe, no futuro, as formas espaciais): a delimitação às "coisas do interior" não pode ser mais um corte fenomenológico, mas um corte metodológico.

Explicemos: ao invés de observar objetos e processos (físicos) como é característico para a investigação das configurações territoriais, escolhemos como ponto de partida QUESTÕES da modernização com uma especificidade espacial supostamente relacionada ao INTERIOR; o âmbito territorial de seu estudo pode - e certamente em muitos casos, vai - transcender o território físico de sua origem; e assim seriam também, se tiver, capturadas aquelas determinações "metropolitanas" que dizem respeito ao problema em pauta'.

Veremos, no próximo item, como a partir da nova Constituição uma "questão interioriana" pode ser levantada.

1 e, no extremo, que a natureza "interioriana" da questão foi apenas aparência; acreditamos que o método dos "circuitos produtivos" pode ser muito útil para esta abordagem

5.4 ESTRATEGIAS ESPACIAIS DO ESTADO: NOVAS REGIONALIZAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

Para estudar as mencionadas "questões do interior" a respeito da gestão politico-administrativo deveríamos, sem dúvida, distinguir os diferentes níveis de governo. Mas, por extrapolar, no momento, as nossas possibilidades limitaremos-nos a observar as modificações do padrão de gestão territorial que foram recentemente definidas pelas Constituições Federal e Estaduais. Como primeiro indicio da validade das nossas preocupações, comentaremos, brevemente, este novo formato.

A Constituição Federal contemplou a organização territorial da atuação do poder público apenas de forma genérica:

- conforme Art. 43 (caput), para efeitos administrativos a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução de desigualdades regionais²;
- conforme Art. 25, Parágrafo 3, é da competência dos Estados instituir, mediante lei complementar, Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Micro-Regiões para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum; é neste nível que situamos nossas preocupações.

² não é este nível que pretendemos privilegiar em nossa investigação

Parece ser a intenção deste último artigo, delegar aos Estados o poder de criar recortes territoriais estratégicos como instrumento de solução daqueles problemas sociais e econômicas que, pela sua escala territorial, fogem do alcance do poder municipal, mas que exigem a sua participação no processo de planejamento e execução das medidas.

Vale a pena, mesmo à título de ilustração, observar como nas Constituições Estaduais o mencionado novo formato foi introduzido. Dêmos, como exemplos, as Constituições do Rio de Janeiro e de São Paulo:

- a Constituição de São Paulo³ trata no Título IV, Capítulo II da organização regional do estado em três seções (Art. 162 a 168) - dos objetivos, diretrizes e prioridades; das entidades regionais; e do desenvolvimento regional integrado. Expressa uma preocupação com a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento harmônico do estado. Nestes objetivos inserem-se como entidades regionais os três tipos previstos pela Constituição Federal. No Art. 162 encontram-se definições mais detalhadas atribuindo a cada um certas características e um determinado estatus; assim, Regiões Metropolitanas (no estado de São Paulo) terão planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nelas atuantes; para Aglomeraciones Urbanas, apesar do planejamento integrado, apenas se recomenda a ação coordenada dos entes públicos; e no caso das Micro-Regiões o

³ Na verdade, referimo-nos aqui ao seu Projeto, apresentado em julho de 1989

planejamento integrado apenas visa a criar condições adequadas para o desenvolvimento e integração regional. Cada unidade regional contará com um Conselho Normativo e Deliberativo, criado mediante lei complementar pelo Estado, assegurando sempre a participação paritária do conjunto dos municípios, com relação ao Estado. O Parágrafo 2 do Art. 163 assegura, ainda, a "participação da população no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como na fiscalização da realização de serviços e funções públicas em nível regional"; a Constituição de São Paulo demonstra, portanto, uma relativamente grande preocupação em detalhar e estruturar as diretrizes gerais da Constituição Federal. Além de uma análise mais profunda da institucionalização das Micro-Regiões seria interessante investigar em que medida este instrumento apenas aperfeiçoa os instrumentos racionais do próprio aparelho do Estado (nos dois níveis estadual e municipal) ou consegue incentivar novos processos sócio-políticos de articulação da "sociedade paulista" (no interior);

- a Constituição do Rio de Janeiro é absolutamente sucinta a respeito da introdução das novas entidades regionais - e, aliás, omissa referente ao desenvolvimento regional. Num único Artigo (Art. 75 do Capítulo III "Das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões") apenas repete (no "caput") aquilo que a Constituição Federal estabeleceu para depois, em quatro parágrafos, assegurar aos municípios integrantes de agrupamentos sua autonomia,

definir seu órgão executivo e Conselho Deliberativo, com a presença de representantes do Poder Executivo e Legislativo, de entidades comunitárias e da sociedade civil, e normatizar questões de recursos. A novidade⁴ desta Constituição fica por conta do segundo e último Artigo (Art. 76) deste Capítulo que possibilita (em regime facultativa) a formação de consórcios intermunicipais "para o atendimento de problemas específicas dos consorciados no período de tempo por eles determinado". Neste caso, acreditamos, cabe levantar, em primeiro lugar, dúvidas a respeito da própria viabilidade e até da utilidade como instrumento de racionalização da atuação do poder público no estado do Rio de Janeiro.

A questão é, se este novo padrão representará apenas uma racionalização instrumental da atuação dos governos nos diferentes níveis ou abrirá uma brecha (não-institucional) para introduzir mecanismos ou provocar efeitos de uma nova articulação (comunicativa) do quadro institucional da sociedade brasileira. Em outras palavras, será que a "questão regional" no Brasil pode vir a assumir novos contornos ao não reeditar formas instrumentalistas de planejamento regional anteriores (vide as Superintendências de Planejamento Macro-Regional, as Regiões Metropolitanas, o Planejamento Micro-Regional do início da década de 70)?

Com estes dois exemplos, além de demonstrar que a introdução destes formatos internos diferentes pode, futuramente, criar

⁴ uma novidade relativa, pois só se refere à inclusão na Constituição Estadual; consórcios ou associações microrregionais (intermunicipais) já existem há bastante tempo em diversos estados da federação (região sul, sudeste etc.). A própria SUDESUL apresentou, em 1968, uma proposta de Estatuto da Associação de Municípios de sua região.

diferenciações maiores entre os estados da federação, queríamos apenas apontar que a nova gestão territorial poderá servir - se servir, vide o caso do Rio de Janeiro - apenas para aumentar a capacidade instrumental do poder público a seu respeito. Insere-se, portanto, no movimento da modernização instrumental do país.

Entretanto, acreditamos que trata-se aqui de uma forma relativamente nova de gestão pública no Brasil (ou pelo menos de uma velha proposta em novos moldes)⁵; pois não dependerá exclusivamente da vontade político-administrativa do Governo Estadual, como por exemplo a regionalização da gestão estadual em "Regiões Administrativas"⁶ ou "Regiões Programas". Resumindo, só através de uma análise mais profunda, seria possível avaliar possíveis efeitos a favor de uma modernização comunicativa.

Como anunciamos anteriormente, uma experiência do "outro lado da moeda", isto é formas territoriais desta última modernização, queremos discutir tendo em vista exemplos europeus.

5.5 REGIONALISMO COMO MODERNIZAÇÃO COMUNICATIVA? UM EXCURSO A RESPEITO DA EXPERIÊNCIA EUROPEIA

5 "velho", porque já o SERFNAU, na década de 60 apresentou propostas a respeito da elaboração de Planos Microrregionais de Desenvolvimento Integrado - a serem elaborados sob a tutela do poder federal; "novo" no Brasil, porque sabemos que os intelectuais defensores do texto constitucional entendem este formato como um passo para a introdução de um QUARTO poder na gestão político-administrativa do país, inspirando-se em modelos de outros países, provavelmente. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, existe exatamente esta instância intermediária entre os poderes legislativo e executivo dos estados da federação e dos municípios - são os "Distritos" (Landkreise) que têm representação política própria (Landtag).

6 vide a experiência de São Paulo onde existe esta forma de regionalização desde 1968, redefinida recentemente em 1984 pelo Governo Montoro.

Pensando na sua totalidade, sabemos que as mudanças sociais não seguem apenas a lógica instrumental do capitalismo - algo que, no caso brasileiro parece óbvio, mas pode ser apenas a aparência⁷. E, portanto, necessário qualificar melhor a essência do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, mesmo em determinado território. Para isto partimos da hipótese de que é preciso confrontar a racionalidade capitalista-instrumental com a mencionada segunda lógica da modernização comunicativa que significaria a redefinição de identidades sociais a partir de um aprendizado coletivo⁸ de determinados segmentos da população.

Porque uma abordagem que desse conta da totalidade destes processos⁹ conseguiria superar os viéses economicista, mecanicista ou tecnicista e positivista presentes na maioria das investigações, e mesmo em boa parte dos estudos críticos (marxistas); limitando-se a afirmações generalistas, com apenas grande poder de consenso, que uma sociedade capitalista é dominada pela lógica do capital, estes estudos não alcançam, muitas vezes, aquela criticidade que acima apontamos. Neste sentido, quando limitamos, por razões de sua viabilidade, nossas pesquisas à modernização instrumental, sabemos que andamos apenas um primeiro passo para a compreensão da essência das transformações sociais.

7 vide a discussão acerca da Teoria da Marginalidade e LIMONAD 1984

8 vide, por exemplo, os movimentos sociais urbanos, movimentos feministas, de negros, homossexuais etc., como também o movimento sindical desde o fim dos anos 70 aos quais voltaremos mais tarde; por outro lado, é importante alertar que a "indústria cultural" em geral trabalha no sentido oposto, isto é, proporciona ao aprofundamento da alienação e não ao contrário.

9 que, naturalmente, nem na realidade concreta das sociedades industrializadas se encontram separados de uma forma "pura"; muito menos no caso brasileiro.

Mas, pelo menos para indicar o futuro encaminhamento dos estudos¹⁰, gostaríamos de adiantar, à guisa de problematização, algumas idéias a respeito da modernização comunicativa, já relacionada ao nosso objeto de estudo: o espaço não-metropolitano.

Na Europa o regionalismo faz parte de uma cena bastante complexa de propostas políticas que surgem com o dilema que o capitalismo avançado vem enfrentando a partir de meados da década de 70¹¹: não consegue nem viver sem o Estado do Bem-Social, nem com o seu aperfeiçoamento. OFFE¹² distingue três formas de reação a aquele dilema.

Uma vertente, que é a verdadeiramente conservadora, pretende assegurar as conquistas, inquestionáveis, que o projeto do Estado do Bem-Social trouxe a aqueles países; é a direita da social-democracia que defende a estabilização deste modelo.

A segunda vertente, ganhando força na década de 80, pretende redefinir a relação entre Estado e sociedade através de uma política econômica orientada para a oferta, de uma redução dos custos de legitimação do sistema político e uma política cultural que ao mesmo tempo que desvaloriza o papel dos intelectuais pretende reviver os conteúdos de uma cultura tradicional e popular, do patriotismo, de valores convencionais da moral etc. Este Neo-Conservadorismo, geralmente identificado com o ex-presidente Reagan

10 como pretendemos desenvolver na pesquisa "Modernidade e Regionalismo no Sudeste Brasileiro. Em busca de inovações sociais", que recentemente obteve financiamento pela FINEP.

11 vide HABERMAS 1985

12 segundo Habermas 1985

e a primeira-ministra Margaret Thatcher, encaminha-se à reprodução do padrão de relacionamento, em escala menor, que se estabeleceu entre as metrópoles mundiais e os países subdesenvolvidos - as forças consolidadas no poder estão cada vez menos dependentes, para sua própria reprodução, da vontade de cooperação por parte dos miseráveis e espoliados.

Essas duas vertentes compartilham a convicção de que o progresso das sociedades capitalistas continua sendo impulsionado pelo crescimento econômico ou pelo desenvolvimento das forças produtivas.

E dentro da terceira vertente que encontramos os movimentos regionalistas, junto com os movimentos heterogêneos das minorias de origens diversas como homossexuais, feministas, ecologistas, pacifistas etc.. Estes movimentos formam, o que HABERMAS chama, a dissidência dos críticos do crescimento. Caracteriza-se por um posicionamento ambíguo com relação ao Estado do Bem-Social, pela unidade relativa com respeito à rejeição de uma visão do progresso relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas. Parte do pressuposto de que o mundo vital (Lebenswelt) esteja ameaçado tanto pela "comodificação" quanto pela burocratização; ameaça dirigida contra as bases e condições vitais do mundo vital¹³. Consequentemente seu objetivo principal consiste no fortalecimento da autonomia do mundo vital através de formas organizacionais de base e de auto-administração como forma de

¹³ vide a concepção de HABERMAS a respeito da modernização no item 3.2

deter a crescente influência dos sistemas econômico e administrativo.

Seu objetivo de adestrar não apenas o capitalismo - que era a proposta do Estado do Bem-Social - mas o próprio Estado intervencionista coloca estes movimentos diante de uma tarefa bastante complicada. O potencial necessário de reflexão e governo (condução) precisa ser buscado numa mudança radical da relação entre uma esfera pública organizada de forma autônoma, de um lado, e de esferas de ação conduzidas através de dinheiro e poder administrativo, por outro.¹⁴

Identifica HABERMAS o perigo de que os "Dissidentes" permanecerem na defensiva criando sub-culturas de rejeição que representariam, então, apenas um fenômeno espelhado das zonas cinzentas do Neo-Corporativismo incentivadas pelo Neo-Conservadorismo. Existe apenas uma maneira de tornar sua resposta ofensiva, na opinião de HABERMAS, na medida em que o projeto do Estado do Bem-Social não ficaria apenas estacionário, fixado ou interrompido, mas continuado em uma escala maior de reflexão. Este projeto perderia, no entanto, o trabalho como categoria central de referência. Em outras palavras, seria necessário abandonar a utopia de uma Sociedade de Trabalho; pois, o que era pressuposto ou limitação na sociedade de trabalho, a solidariedade da sub-cultura dos trabalhadores, tornou-se hoje, no capitalismo avançado, um problema; diante do desemprego estrutural surgem novas questões como a redução da jornada de trabalho (com ou sem compensação sa-

¹⁴ uma compreensão plena destas colocações exigiria maiores explicações sobre a Teoria Crítica da Sociedade, apresentada em HABERMAS 1981.

larial) que tematizam novas formas de solidariedade (entre empregado e desempregado).

O regionalismo, portanto, aparece aqui exatamente como uma determinada expressão espacial (regional) da modernização comunicativa; estes movimentos, articulados sob determinada base espacial, estariam voltados contra a crescente colonização do mundo vital tanto pelo capitalismo (sistemas econômicos) quanto pelo próprio Estado intervencionista (sistemas administrativos).

Recordando a discussão acerca da crítica à modernidade (no item 3.3), os movimentos não aderem nem a uma postura conservadora ou centrista, com sua crítica à modernidade cultural¹⁵, nem a uma posição da esquerda (ortodoxa?) com seu repúdio indiscriminado à modernidade¹⁶.

É claro que conforme as diferentes bases territoriais destes movimentos - seja metropolitana, seja do interior - podemos esperar articulações diferenciadas. Nosso intuito é estudar, ao longo do tempo numa série de projetos de pesquisa, as especificidades destes movimentos não-metropolitanas.

¹⁵ vide o acima mencionado Neo-Conservadorismo que despreza as conquistas culturais modernas e quer reviver "valores tradicionais" - na verdade, a questão é ainda mais complicada

¹⁶ interessante seria, aqui, analisar a recente "revolução" no bloco socialista que parece estar baseada exatamente em valores inspirados no iluminismo (Aufklärung) como liberdade, autodeterminação, respeito à individualidade etc.; valores culturais (denunciados pela esquerda como "burgueses"), que a modernização instrumental nas sociedades capitalistas tende a transformar em valores meramente formais.

6 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Mal tocamos e pouco avançamos na nossa discussão a respeito da "região". Apenas a definimos como uma certa FORMA ESPACIAL, no sentido de CORAGGIO, que resulta de uma superposição de múltiplas determinações de ordens diferentes¹; e pensamos aqui particularmente nas duas principais (vide item 1.2): a ordem física e a ordem social.

Percebemos, assim, que "região" é um fato de alta improbabilidade; este conceito denomina um fenômeno de um tal grau de "organização social" (neg-entropia alta) que não deve ser facilmente encontrado em sociedades "dinâmicas, ágeis e eficientes" como a capitalista, em constante redefinição, aonde tudo o que é sólido pelo menos parece de se desmanchar no ar².

Esta discussão precisa ser preparado melhor, nos parece. Por isto limitamo-nos de abordar fenômenos e conceitos que já irão contribuir para aquele debate sobre "região"; mas que, antes de tudo, mostram os fundamentos e o caminho para alcançar o objetivo maior: a relação entre SOCIEDADE e NATUREZA e sua investigação.

1 e aí a análise de DUARTE dá um exemplo muito ilustrativo; vide 4.2

2 É óbvio que BERMAN 1987 explora no seu livro apenas uma face da modernização capitalista: a submissão ao capital. Perguntamo-nos: e as lutas? Mesmo quando "se desmancharam" no decorrer da história do capitalismo, deixaram sua marca (ou não?).

Esta relação nós entendemos a partir da espacialidade de processos de diferentes ordens, e não através da pre-existência de um "espaço" - lembramo-nos do lema conforme qual "a lógica da espacialidade de processos específicos só pode se decifrar a partir das leis que regulam os respectivos processos". Assim, a questão da relação entre natureza e sociedade pode ser reformulada enquanto relação entre as espacialidades da ordem natural e a da ordem social. E, é esta relação de não-determinismo que possibilita que

"... a espacialidade não joga apenas um sentido decisivo na realização das grandes estratégias político-econômicas da modernidade, como pode também corresponder ao 'locus' fundamental para a articulação e conformação de territórios alternativos"³.

E foi para começar a explorar este veio dos "territórios alternativos" que introduzimos, através da discussão conceitual do item 3, um certo paralelismo entre as duas formas de modernização e as duas expressões de "estratégias territoriais" de diferentes agentes sociais. Ou seja, regionalização (instrumental) e regionalismo (comunicativo) refletem a atuação concreta, isto é espacializada, destes atores⁴.

Gostariamos, ainda de repetir que para esta diferenciação - entre regionalização e regionalismo - vale aquilo que já discutimos a respeito das duas formas de modernização: não são nem processos isolados, autônomos, nem existe uma subordenação absoluta de um sob o outro⁵. Pois, na verdade, a diferenciação

3 GOMES/COSTA 1993, p. 51.

4 espacializada no sentido como discutimos em 4.3

5 eis é pelo menos a hipótese de HABERMAS

não é um meio para isolar dois processos enquanto concretamente separados, mas para compreendê-los melhor em sua articulação como totalidade social (vide item 3.2).

Podemos, insistindo na introduzida analogia, levantar uma hipótese tentativa no sentido de pressupor que o surgimento do regionalismo depende, sim, do grau (e da qualidade) de regionalização (instrumental) alcançado em determinada sociedade⁶ - mas não é simplesmente por ela determinado ou apenas seu reflexo; precisamos, portanto, para sua compreensão, encontrar outros elementos fora da esfera da modernização instrumental (capitalista).

No caso brasileiro, ao qual não atribuímos nenhuma especificidade neste nível de generalização, o estudo da totalidade da "espacialidade social" requer, também, que sejam considerados tanto as regionalizações presentes⁷ como possíveis fenômenos de regionalismos.

Em termos operacionais, para realizar este empreendimento, poder-se-ia acreditar que nos devíamos encontrar os elementos fundamentais de nossa investigação nos métodos de análise regional. Entretanto, como indica a maioria dos balanços críticos destes métodos⁸ e nos vimos anteriormente (vide 4.1) as abordagens dominantes não resistem a um exame rigoroso; estão disponíveis, em sua maioria, abordagens fisicalistas⁹ que cometem o equívoco de identificar leis físicas com leis sociais.

6 e com isto criticamos aquelas abordagens que consideram apenas a divisão social e territorial do trabalho

7 surge daí a importância das novas regionalizações político-administrativas e o padrão territorial da acumulação capitalista

8 vide por exemplo CORAGGIO 1980, LIPIETZ 1979, ROFMAN 1974, SLATER 1983

9 vide CORAGGIO 1988, pp. 18 ss

Para um avanço em direção a uma compreensão "neo-moderna" da região precisamos produzir novas demarcações ontológicas, novos conceitos teóricos e novos métodos.¹⁰ Mesmo em abordagens "alternativas"¹¹ sobre o tema do regionalismo encontramos apenas fragmentos, em nossa opinião, destes novos conceitos e métodos.

Porém, as dificuldades de realizar, na prática, uma investigação comprometida com a criticidade e totalidade não são apenas de cunho teórico; nem "operacional" ou técnico como por exemplo a falta de métodos, acima apontada, a insuficiência de dados estatísticos disponíveis etc.; elas refletem uma condição política, isto é, a condução das pesquisas e do desenvolvimento científico nas sociedades capitalistas no sentido de tornar-se uma das principais forças produtivas ou/e fontes ideológicas da reprodução do sistema. Sua superação dependeria, portanto, em primeiro lugar, de uma reorientação política do projeto que orienta a produção de saber e conhecimento, como demonstra claramente a própria história da Teoria Crítica desde MARX até seus representantes contemporâneos.

Exige, nas condições atuais, um esforço de avançar em passos menores e maiores - "na medida do possível". Nosso trabalho não é nenhuma excessão desta tendência maior; é um resultado desta estratégia.

Entretanto, pensando na continuação do nosso esforço, imaginamos que será necessário de avançar em três níveis simulta-

¹⁰ vide *idem*

¹¹ vide por exemplo MARKUSEN 1981, MASSEY 1992, MASSEY 1987

neament o que poderá criar problemas de articulação. Mas este procedimento nos parece o único legítimo, em vista ao ideal da totalidade, pois as seguintes questões precisam ser trabalhadas simultaneamente:

- o aprofundamento da discussão a respeito do próprio conceito de HABERMAS, aonde precisamos trabalhar mais as questões de ambiguidades, conflitos e contradições das duas formas de modernização do que utilizá-las como instrumento analítico de classificação; ao mesmo tempo, através de uma bibliografia própria¹² é necessário avançar na discussão crítica da espacialidade da modernização no contexto da modernidade brasileira;

- a busca de uma metodologia que consegue traduzir esta visão crítica em nortes e uma prática de pesquisa; e

- a construção de um quadro do padrão espacial da modernização industrial no Sudeste brasileiro na década de 70, que apresentamos ainda de forma incipiente no item 5.3 deste trabalho; teremos que enfrentar, certamente, grandes dificuldades, pois são notórias as deficiências dos dados disponíveis e, por isso, os obstáculos para chegar perto a uma visão teórica e metodologicamente sustentável da realidade empírica.

Repetimos, todas estas ressalvas e limitações não invalidam o esforço da nossa pesquisa; ao contrário, mantendo as partes uma coerência entre si em termos do objetivo comum, nosso trabalho só

¹² vide por exemplo BILAC 1978; CANCLINI 1983, apesar desta autor não discutir o caso brasileiro; CARDOSO s.d.; CHALOUH 1986; CHAUI 1985; IBASE 1987; KOWARICK 1987; LINARDI 1984; ORTIZ 1988; ROSSATO 1987; SCARFON 1976; WHATELY 1987 e muitos outros.

poderá progredir nesta simultaneidade (mesmo se fosse precária). Representa mais um passo num processo iterativo no qual as partes serão revistas constantemente e cada uma orientará os avanços das demais. Afinal, a pesquisa é um trabalho social (com certas especificidades, admitimos) com sua história própria.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, P. - Modernidade e revolução. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, No. 14 fevereiro de 1986, pp. 2 - 15.
- Berman, M. - Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Cia. das Letras, 2a. reimpressão 1987.
- Bernstein, R. (org.) - Habermas and modernity. Cambridge, Mass. 1985
- Bilac E. - Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. A organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo, Símbolo 1978
- Bleittrach, D./ Chenu, A. - Modes of domination and everyday life: some notes on recent research. In: City, class and capital, ed. M. Harloe e E. Lebas. London, E. Arnold PUBL. 1981, pp. 105 - 181
- Breitbach, A.C.d.M. - Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística 1988
- Buarque, C. - O moderno caduco. Jornal do Brasil, Caderno B/Especial, 25/10/87, p. 2
- Camacho, D. - Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, org. por I. Scherer-Warren e P. J. Krischke. São Paulo, Brasiliense 1987, pp. 216 - 245
- Canclini, N.G. - As culturas populares no capitalismo. S.P., Brasiliense 1983
- Cardoso, F.H. - População e crescimento econômico. Notas sobre a estrutura sócio-econômica da São José dos Campos. In: Estudos de população, vol. 1. São Paulo, CEBRAP s.a.
- Cardoso, R.C.L. - Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: Sociedade e política no Brasil pós-64, org. por B. Sorj e M.H.T. Almeida. São Paulo, Brasiliense 1983, pp. 215 - 239

- Castells, M. - A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. R.J., Paz e Terra 1979
- Certeau, M. de - Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano, org. por M. I. de Q.F. Szmrecsanyi, S.P., FAUUSP 1985, pp. 3 - 19
- Certeau, M. de - Resposta a Jorge Dantas. In: Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano, org. por M.I. de Q.F. Szmrecsanyi. São Paulo, FAUUSP 1985a, pp.87/88
- Chalhoub, S. - Trabalho, lar e botiquim. S.P., Brasiliense 1986
- Chauí, M. - Conformismo e resistência. S.P., Brasiliense 1986
- Coraggio, J.L. - Territórios en transición. Crítica a la planificación en América Latina. Quito, CIUDAD, 2. ed. 1988
- Coutinho, C.N. - A escola de Frankfurt e a cultura brasileira. Presença, S.P. no. 7, 1986
- Coutinho, W. - Os ismos do atraso. Jornal do Brasil, Caderno B/Especial, 18/10/87, p. 5
- Fischer, G. - Praxisorientierte Theorie der Regionalforschung. Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck) 1973
- Fossaaert, R. - UA sociedade. I-uma teoria geral. R.J. Zahar 1979
- Gomes, P.C.d.C./ Costa, R.H. - O espaço da modernidade. Terra Livre 5: o espaço em questão. S.P. AGB 1988, pp. 47- 67
- Habermas, J. - Die Neue Unübersichtlichkeit. Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschoepfung utopischer Energien. In: idem, idem. Frankfurt/M., Suhrkamp 1985, pp. 141 - 163 (em português: A nova intransparência. Novos Estudos CEBRAP, S.P., setembro 1987, No. 18, pp. 103 - 114
- Habermas, J. - Ein Interview mit der "New Left Review". In: idem, Die neue Unübersichtlichkeit, Kleine politische Schriften V. Frankfurt/M, Suhrkamp 1985a, pp. 213 - 257 (em português, Novos Estudos CEBRAP, No. 18, pp. 77 - 102)
- Habermas, J. - Der philosophische Diskurs der Moderne. Zwölf Vorlesungen. (O discurso filosófico do moderno. Doze aulas). Frankfurt/M, Suhrkamp, 2a. ed. 1985b
- Habermas, J. - Die Moderne - ein unvollendetes Projekt (O moderno - um projeto inacabado). In: idem, Kleine Politische Schriften I-IV, Frankfurt/M, Suhrkamp 1981, pp. 444 - 464

- Habermas, J. - Théorie des kommunikativen Handelns (teoria do agir comunicativo). Frankfurt/M., Suhrkamp 1981a, dois volumes
- Habermas, J. - Para a reconstrução do materialismo histórico. S.P., Brasiliense 1983a.
- Habermas, J. - A crise de legitimação no capitalismo tardio. R.J., 1Tempo Brasileiro 1980
- Habermas, J. - Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: Os pensadores - W. Benjamin, M. Horkheimer, Th. W. Adorno, J. Habermas. S.P., Abril Cultural, 2a. ed. 1983, pp. 313 -343
- Hall, P. - Urban and regional planning. Harmondsworth, Pelican Book 1975
- Heller, A. - Das Alltagsleben. Versuch einer Erklarung der individuellen Reproduktion, (A vida cotidiana. Tentativa de uma explicação da reprodução individual). Frankfurt/M., Suhrkamp, 2a. ed. 1981 (orig. 1970)
- Horkheimer, M. - Teoria tradicional e teoria crítica. In: Os pensadores. W. Benjamin, M. Horkheimer, Th. W. Adorno, J. Habermas. S.P., Abril Cultural 2a. ed. 1983, pp. 117 - 154
- IBASE - Experiências participativas. Catálogo 1987. Rio de Janeiro, IBASE 1987
- Kowarick, L. - Trabalho e vadiagem. Origem do Trabalhador Livre no Brasil. S.P., Brasiliense 1987
- Kowarick, L. - Capitalismo e marginalidade na America Latina. R.J., Paz e Terra 1975
- Lavinas, L./Piquet, L. - A modernização da agricultura do Sudeste e seus impactos sócio-econômicos. Relatório de pesquisa, setembro 1987, R.J., IPPUR mimeo
- Lefebvre, H. - La vida cotidiana en el mundo moderno. Madrid, Alianza Ed., 3a. ed. 1984 (orig. 1968)
- Lefebvre, H. - Introdução à modernidade. R.J., Paz e Terra 1969
- Lefebvre, H. - Kritik des Alltagslebens. (Crítica da vida cotidiana). Kronberg, Athenäum 1977 (orig. 1946, 1. vol.)
- Limonad, E. - A trajetória da participação social. R. J. UFRJ, Diss. Mestrado PUR 1984
- Linardi, M.C.N. - A produção do espaço físico em Americana/SP. Rio de Janeiro, Diss. Mestrado PUR/UFRJ 1984

- Lipietz, A. - El capital y su espacio. México, Siglo XXI Ed. 1979
- Lyotard, J.-F. - O pós-moderno. R.J. J. Olympio, 2. ed. 1986.
- Machado, E.P. (org.) - Poder e participação no campo. S.P. - Salvador, Cerifa, CAR/CEDAP-CENTRU, Hutcitec 1987
- Machado da Silva, L.A./ Ziccardi, A. - Notas para a discussão sobre "movimentos sociais urbanos". CERU - Cadernos, No. 13, S.P. setembro 1980, pp. 79 - 95
- Markusen, A. - Regionalismo: um enfoque marxista. Espaço e Debates, ano 1; no. 2, 1981, pp. 63 - 99
- Massey, D. - Spatial division of labour. Social structures and the geography of production. London, Macmillan 1987
- Massey, D. - Regionalismo: alguns problemas atuais. Espaço e Debates, ano 1, no. 4, 1981, pp. 50 - 83
- MORVEN - Metodología para el diagnóstico regional. Universidad Central de Venezuela, CENDES, Caracas mimeo dez. 1978
- Ortiz, R. - A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. S.P., Brasiliense 1988
- Piquet, R. (org.) - Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate. R.J., Publipur, Série monográfica no. 3 1986
- Piquet, R./ Randolph, R. - Intervenção do estado na estruturação do sistema urbano brasileiro, vol. 1 e 2. R.J., Publipur, Série relatórios de pesquisa 1982.
- Piquet, R./ Randolph, R./ Smolka, M.D./ Vetter, D. M. - Análise das articulações sócio-econômicas regionais: sugestões metodológicas. R.J., Publipur/UFRJ 1985
- Quinteiro, M.C. - As instituições sociais e o comportamento reprodutivo: o caso de Sertãozinho/SP. In: Estudos de população, vol. IV. São Paulo, CEBRAP 1979, pp. 141 - 186
- Randolph, R. - Anotações sobre o pensamento crítico da escola de Frankfurt. R.J., Publipur, Série especial no. 22, 1987
- Randolph, R. - Estrutura e dinâmica do emprego em Campos. Sua situação no contexto das cidades não-metropolitanas do Sudeste brasileiro. In: Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate, org. por R. Piquet. R.J., Publipur, Série monográfica No. 3 1986, pp. 1 - 28

- Randolph, R. - Metodologia para a análise de transformações ocupacionais em cidades não-metropolitanas. Relatório parcial da pesquisa "Transformações da estrutura ocupacional em cidades não-metropolitanas", coord. R. Piquet/ R. Randolph, Rio de Janeiro, mimeo 1985
- Randolph, R. - Pragmatische Theorie der Indikatoren. Fundamente einer methodischen Neuorientierung. (Teoria pragmática de indicadores. Fundamentos de uma reorientação metodológica). Goettingen, Vandenhoeck & Rupprecht 1979
- Richardson, H. W. - Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. R.J., Zahar 1975
- Richardson, H. W. - Elementos de economia regional. RJ, Zahar 1973.
- Rofman, A. - Desigualdades regionales y concentración económica. El caso argentino. Buenos Aires, Ed. Siap-Planteos 1974
- Rossato, J.C. - Votuporanga em três dimensões. S.P. Edicon 1987
- Rouanet, S. P. - Razão negativa e razão comunicativa. In: idem, As razões do iluminismo. S.P., Cia de Letras 1987, pp. 331 - 347
- Rouanet, S. P. - Razão e paixão. In: Os sentidos da paixão, Núcleo de Estudos e Pesquisa da FUNARTE, S.P., Cia das Letras, 2a. reimpressão 1987, pp. 437 - 467
- Rouanet, S. P. - Do pós-moderno ao neo-moderno. In: Modernidade e pós-modernidade. R.J., Tempo Brasileiro, No. 84, jan.-março 1986, pp. 86 - 97
- Santos, M. - Circuitos regionais de produção: um comentário. Mimeo, nov. 1980
- Scarfon, M.L. - Populações marginais no município de Piracicaba/SP. São Paulo, Diss. Mestrado USP/SP 1976
- Silveira, R.M.G. da - Questão regional, gênese e evolução. Espaço e Debates, no. 20, 1987
- Slater, D. - State and territory at the periphery. Issues of regional and urban development in Latin America. mimeo 1983 (em prelo)
- Thompson, J.B./ Held, D. (eds.) - Habermas critical debates. London, Basingstoke, Macmillan 1982
- Vieira, A. - Brazil, where are you? Jornal do Brasil, Cad. Idéias, 11/7/87, p. 5

Whately, M.C. - O café em Resende no século XIX. R.J., J. Olympio
1987